

24-6-05



# BOLETIM OFICIAL

## SUMÁRIO

Anúncios judiciais e outros.

Contas e Balancetes.

### ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

##### Direcção-Geral dos Registo, Notariado e Identificação

Conservatória dos Registos da Região da Praia

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

#### EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeito de publicação que as presentes fotocópias compostas de cinco folhas estão conformes os originais no qual foi constituída uma sociedade por quotas com a denominação "NÓS TV - Produção e Comunicação Televisivas, SA".

Encontra-se depositado o relatório elaborado nos termos do nº1 do artigo 130º CEC.

## CONTRATO DE SOCIEDADE

Entre:

- Mário Ulisses Mendes Vaz, casado com Maria Manuela Barbosa Amado Mendes Vaz sob o regime de comunhão de adquiridos, empresário, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos titular do passaporte numero 104183686, emitido pelo Boston Passaporte Agency;
- Maria Manuela Barbosa Amado Semedo Correia Vaz, casada com Mário Ulisses Mendes Vaz, sob o regime de comunhão de adquiridos, operaria, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em 23 Marion Terrace, Pawtucket, Rhode Island, 02860, titular do passaporte numero G026794, emitido em 10 de Novembro de 1997;
- Wilson Admir Barbosa Mendes Vaz, solteiro, maior, desenhador Gráfico do Jornal, Taunton/Gazeta, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em 23 Marion Terrace, cidade de Pawtucket, estado de Rhode Island 02860, titular do passaporte numero J005757, emitido pelo Consulado Geral da Republica de Cabo Verde nos E.U.A em 12 de Maio de 2003.

Todos representados por Arnaldo Silva e Silva e Janine Lélis, Advogados, com escritório à Praça Alexandre Albuquerque numero 13, R/ C Esqº.

É celebrado o presente contrato de sociedade que se rege nos termos dos seguintes:

## ESTATUTOS

## CAPÍTULO I

**(Nome, sede social, objecto e duração)**

## Artigo 1º

1. A sociedade denomina-se “NOS TV – Produções e Comunicação Televisa, SA”, e tem a sua sede na cidade da Praia em Terra Branca, junto á escola Amor de Deus.

2. O conselho de administração fica autorizado a transferir a sede social para qualquer outro local dentro do território nacional, e criar, instalar, transferir, encerrar, ou suprimir estabelecimentos, sucursais, delegações ou outras formas de representação social, também em qualquer parte do território nacional.

## Artigo 2º

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

## Artigo 3º

1. A sociedade tem por objecto social:

- a) O exercício da actividade de televisão, a prestação de serviço de comunicação social, através dos meios visuais e audiovisuais, e quaisquer outros de recolha tratamento e difusão da informação ao publico, designadamente;
- b) A publicidade;
- c) A produção de programas e documentários audiovisuais.

2. A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades constituídas ou a constituir, seja qual for o seu objecto e mesmo que regidos por leis especiais.

## CAPÍTULO II

**(Capital social, acções e obrigações)**

## Artigo 4º

1. O capital da sociedade é de dois milhões, novecentos e cinquenta mil escudos (2.950.000\$00), representada por dois mil novecentos e cinquenta acções, no valor nominal de mil escudos, cada todas pertencentes aos accionistas nos termos seguintes:

- a) Mário Ulisses Mendes Vaz, com 2.065.000\$00 equivalente a 70% das acções;
- b) Maria Manuela Barbosa Amado Semedo Correia Vaz, com 590.000\$00, o equivalente a 20% das acções;
- c) Wilson Admir Barbosa Mendes Vaz, com 295.000\$00, equivalente a 10% das acções.

2. O capital social encontra-se totalmente realizado, na proporção da participação de cada um dos accionistas, sendo novecentos mil escudos (900.000\$00) em dinheiro e o restante em espécie.

3. As acções serão nominativas ou ao portador conforme as exigências da lei ou ao seu titular mais convier, e reciprocamente convertíveis.

## Artigo 5º

1. Na subscrição de acções representativas do aumento de capital em dinheiro, terão preferencia os accionistas proporcionalmente ao número de acções que possuírem á data da elevação do capital.

2. A assembleia-geral pode limitar ou suprimir o direito de preferencia dos accionistas relativamente a qualquer aumento de capital e nomeadamente para um aumento deliberado ou a deliberar pelo conselho de administração nos termos admitidos por lei.

3. Na realização de entradas referentes a aumento de capital social, o accionista entrará em mora, nos termos legais, após a interpelação.

4. Os accionistas que se encontrem em mora serão avisados por carta registada de que lhes é concedido um novo prazo de noventa dias para efectuarem o pagamento da importância em divida acrescidos de juros moratórios á taxa legal, sob pena de perderem a favor da sociedade as acções em relação ás quais se verificar a mora e ainda os pagamentos efectuados quanto a essas acções.

5. As perdas referidas nos números anterior devem ser comunicadas por carta registada aos interessados.

6. Deve também ser publicado um anúncio onde constem, sem referência aos titulares, os números das acções perdidas a favor da sociedade e a data da perda.

7. As acções serão oferecidas aos demais accionistas na proporção da sua participação no capital social ou, se algum ou alguns não manifestarem interesse na aquisição, àqueles que se dispuserem a adquiri-las, procedendo a rateio, se necessário.

## Artigo 6º

1. As acções são nominativas e serão representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100 e 1000 acções.

2. Os títulos representativos das acções serão autenticados com o carimbo da sociedade e assinados por dois Administradores.

3. A sociedade pode emitir acções escriturais nos termos da lei e bem assim converter as acções tituladas em escriturais.

4. A transferência de acções tituladas está sujeita à prévia autorização da sociedade, dada em assembleia-geral expressamente convocada para o efeito, num período de trinta dias a contar da data da comunicação do accionista que pretenda alienar as sua acções, e terá de obter a maioria favorável de um mínimo de três quartos dos votos emitidos.

## Artigo 7º

A sociedade poderá emitir obrigações de todos os tipos previstos na lei, em conformidade com o que for deliberado em assembleia-geral.

## Artigo 8º

A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias dentro dos limites legais e praticar sobre elas todas as operações que a lei permita.

## CAPITULO III

**Assembleia-geral**

## Artigo 9º

1. A mesa da assembleia-geral é composta por um presidente e um secretário.

2. A assembleia-geral será realizada uma vez por ano, conforme o artigo 407 do Código das Empresas Comerciais, e sempre que o conselho de administração ou o conselho fiscal acharem conveniente, ou quando o accionista assim o demande.

3. A convocatória da assembleia-geral deve ser comunicada ao accionista por carta registada enviadas com pelo menos, vinte dias de antecedência sobre a data da reunião, e por publicação conforme os termos e prazos previstos na lei, sempre que hajam acções ao portador.

4. A assembleia-geral reunir-se-á na sede social, ou em qualquer outro lugar, sempre que o Presidente achar conveniente.

## CAPITULO IV

**Conselho de Administração**

## Artigo 10º

1. A administração da sociedade é exercida por um conselho de administração composto por três membros, sendo um deles eleito pela assembleia-geral para exercer as funções de Presidente.

2. Certos poderes podem ser delegados num dos seus membros, conforme for deliberado na reunião do conselho de administração.

Artigo 11º

1. O conselho de administração tem os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, designadamente os de:

- a) Representar a sociedade em juízo e fora dele, para processar e contestar acções, transitar, desistir ou acordar;
- b) Instalar, adquirir, manter, transferir ou fechar estabelecimentos, sucursais filiais, delegações ou qualquer outra forma de representação social;
- c) Adquirir, alienar ou aumentar os bens físicos, incluindo veículos motorizados;
- d) Designar mandatários e delegar parte do seu poder num ou mais dos seus membros;
- e) Concluir contratos necessários ao cumprimento do objecto da sociedade;
- f) Exercer, em geral, todas as funções previstas na lei ou neste contrato.

Artigo 12º

1. O conselho de administração deverá reunir-se pelo menos mensalmente e ainda sempre que seja convocado pelo seu Presidente ou por dois, dos seus Administradores.

2. Os Administradores ausentes podem ser representados no Conselho de Administração por outro Administrador, nos termos previstos na lei.

3. O conselho de administração só poderá deliberar na presença de, pelo menos, três dos Administradores.

Artigo 13º

A sociedade obriga-se:

- a) Pelas assinaturas conjuntas de dois membros do conselho de administração;
- b) Pela assinatura do Administrador-Delegado, no âmbito dos poderes que lhe tiverem sido conferidos pelo conselho de administração;
- c) Pela assinatura de um procurador ou mandatário, nos precisos termos da respectiva procuração.

CAPITULO V

**Fiscalização**

Artigo 14º

1. A fiscalização dos negócios sociais será exercida, nos termos da lei, por um conselho fiscal composto por três membros efectivos e um suplente.

2. O conselho fiscal reunir-se-á, pelo menos, uma vez de três em três meses, e sempre que o accionista o considere conveniente ou por solicitação do Presidente da mesa da assembleia-geral, para dar parecer sobre qualquer assunto que possa ser importante para a sociedade.

CAPITULO VI

**Regras gerais sobre os órgãos sociais**

1. Os membros dos órgãos sociais serão ou não remunerados conforme vier a ser deliberado em assembleia-geral.

2. Os membros dos órgãos sociais são eleitos em assembleia-geral por um período de três anos, devendo os respectivos membros manter-se nos seus cargos até a próxima eleição.

3. O pagamento dos membros dos órgãos sociais será deliberado na assembleia-geral anual da sociedade, com efeitos para o próximo ano.

CAPÍTULO VII

**Aplicação dos lucros, dissolução, jurisdição**

Artigo 16º

Os lucros líquidos evidenciados pelo balanço anual terão a seguinte aplicação:

- a) Cinco por cento integrará a reserva legal, enquanto não estiver preenchida, ou sempre que seja necessário reintegrá-la;
- b) Serão formadas quaisquer outras reservas consideradas convenientes ao interesse da sociedade;
- c) O restante será destinado conforme for acordado pela assembleia-geral.

Artigo 17º

A assembleia será dissolvida ficando, conforme o previsto na lei, um ou mais membros do conselho de administração, como síndicos de massa falida.

Artigo 18º

Para todos os litígios que oponham a sociedade ao accionista, ou entre aquela e os membros dos órgãos sociais, fica estipulado o foro da comarca da sede.

CAPÍTULO VIII

**Disposições transitórias**

Artigo 19º

1. A sociedade poderá designar mandatários com poderes para, juntos ou separadamente, utilizar o capital social disponível para pagar as despesas de incorporação e instalação da sociedade.

2. Sem prejuízo das disposições da lei das sociedades anónimas e demais legislação aplicável, nomeadamente da lei da comunicação social (56/V/98, de 29 de Junho), lei da Televisão (57/V/98 de 29 de Junho) as dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela assembleia-geral.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 12 de Maio de 2005. – O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(1011)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeito de publicação que as presentes fotocópias compostas de duas folhas estão conformes os originais no qual foi constituída uma sociedade unipessoal com a denominação "INVESTIMENTOS CARDOSO – Sociedade Unipessoal, Lda."

CONTRA TO DE SOCIEDADE

Tomé Resende Cardoso, solteiro, maior natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente no Palmarejo, portador do Passaporte número I017736, emitido em 10 de Agosto de 2004, pelo Consulado Geral de Cabo Verde em Boston.

Que constitui uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos constantes dos artigos seguintes.

Cláusula Primeira

A sociedade adopta a denominação de "INVESTIMENTOS CARDOSO- – Sociedade Unipessoal, Lda."

## Cláusula Segunda

A sociedade tem a sua sede na cidade da Praia – Plateau, podendo criar delegações, representações ou deslocar a sua sede para qualquer ponto do território nacional.

## Cláusula Terceira

A sociedade tem por objecto:

1. Importação de material e equipamento electrónico e informático.
2. Importação de equipamento e material desportivo, vestuários e calçados.
3. Importação de mobiliário.
4. Por deliberação a sociedade poderá dedicar-se a outras actividades afins, complementares e conexas com o seu objecto, nomeadamente, venda de bicicletas e motociclos, material e equipamento de escritório.

## Cláusula Quarta

O capital social é de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro pelo sócio e corresponde a uma quota única pertencente a Tomé Resende Cardoso.

## Cláusula Quinta

1. A gerência da sociedade é exercida com dispensa de caução, com ou sem remuneração, por quem for designado em assembleia-geral.
2. Fica desde já designado gerente o sócio único Tomé Resende Cardoso.
3. O gerente tem os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade em juízo e perante terceiros.
4. A sociedade vincula-se pela assinatura do gerente, ou de um procurador para pratica de determinados actos ou categoria de actos.

## Cláusula, Sexta

Os balanços serão dados anualmente e encerrados a trinta e um de Dezembro devendo a apresentação dos mesmos ter lugar até trinta um de Março do ano subsequente.

## Cláusula, Sétima

O ano social coincide com o ano civil.

## Cláusula Oitava

Qualquer caso omissis será aplicável a legislação vigente em Cabo Verde. Os casos de litígio serão tratados no Tribunal da Comarca de Praia.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 25 de Maio de 2005. – O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(1012)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeito de publicação que as presentes fotocópias compostas de duas folhas estão conformes os originais no qual foi constituída uma sociedade unipessoal com a denominação “HÉLDER SILVA – ANIMAÇÕES CULTURAIS E DESPORTIVAS – Sociedade Unipessoal, Lda.”.

Encontra-se depositado o relatório elaborado nos termos do número 1 do artigo 130º CEC.

## CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

Hélder Augusto de Andrade Madeira Lopes da Silva, solteiro, maior, empresário, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, cidadão Cabo-Verdiano, portador do Bilhete de Identidade número 144618, emitido pelo Arquivo de Identificação da Praia em 1 de Abril de 2005, com validade até 1 de Abril de 2010 residente em Palmarejo – Praia, constitui uma sociedade unipessoal, que rege pelos artigos seguintes:

## Artigo 1º

**(Duração)**

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

## Artigo 2º

**(Denominação)**

A sociedade adopta a denominação “HÉLDER SILVA – ANIMAÇÕES CULTURAIS E DESPORTIVAS – Sociedade Unipessoal, Lda.”.

## Artigo 3º

**(Sede e formas locais de representação)**

1. A sociedade tem a sua sede em Tira Chapéu – cidade da Praia, Ilha de Santiago, podendo, por deliberação da assembleia-geral criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, no território nacional.
2. A sociedade pode deslocar a sua sede para qualquer parte do território nacional, mediante deliberação da assembleia-geral.

## Artigo 4º

**(Objecto)**

1. A sociedade em por objecto principal as actividades como animações culturais e desportivas, a criação de equipamentos de lazeres, restauração e divertimentos.
2. A sociedade pode, ainda, adquirir participações em quaisquer outras sociedade, seja qual for o tipo, ou em agrupamentos complementares de empresas, bem como aliená-las, mediante deliberação da assembleia-geral.

## Artigo 5º

**(Capital social)**

O capital social é de 3.000.000\$00 (três milhões de escudos), integralmente subscrito e realizado em bens pelo sócio e corresponde a uma quota única pertencente a Hélder Augusto de Andrade Madeira Lopes da Silva.

## Artigo 6º

**(Gerência)**

1. A gerência da sociedade é exercida com dispensa de caução, com ou sem, remuneração, por quem for designado pelo sócio.
2. O gerente tem os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade em juízo e perante terceiros.

## Artigo 7º

**(Ano civil, inventário e balanço de resultados)**

1. O ano social é o civil.
2. Até trinta e um de Março de cada ano serão aprovados o inventário e o balanço de resultados da sociedade.

## Artigo 8º

**(Balanço)**

1. Dos lucros líquidos aprovados no balanço será deduzida uma percentagem fixa nunca inferior a cinco por cento que é destinado ao fundo de reserva legal.

2. O remanescente será aplicado conforme deliberação do sócio.

Artigo 9º

A sociedade dissolve-se nos casos determinados na lei.

Artigo 10º

(Casos omissos)

Os casos omissos serão resolvidos nos termos da Lei Comercial vigente no País.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 2 de Junho de 2005. – O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(1013)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeito de publicação que as presentes fotocópias compostas de duas folhas estão conformes os originais no qual foi constituída uma sociedade unipessoal com a denominação "ALÍRIO MOREIRA – ANIMAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVAS – Sociedade Unipessoal, Lda."

Encontra-se depositado o relatório elaborado nos termos do número 1 do artigo 130º CEC.

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

Alírio dos Santos Moreira, solteiro, emigrante, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho e Ilha do Maio, cidadão Cabo-Verdiano, portador do Bilhete de Identidade número 360053, emitido pelo Arquivo de Identificação da Praia em 10 de Junho de 2005, com validade vitalício, residente na Holanda, de passagem nesta cidade da Praia, constitui uma sociedade unipessoal, que rege pelos artigos seguintes:

Artigo 1º

(Duração)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

Artigo 2º

(Denominação)

A sociedade adopta a denominação "ALÍRIO MOREIRA – ANIMAÇÕES CULTURAIS E DESPORTIVAS – Sociedade Unipessoal, Lda."

Artigo 3º

(Sede e formas locais de representação)

1. A sociedade tem a sua sede na Vila do Maio, Ilha do Maio, podendo, por deliberação da assembleia-geral, criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, no território nacional.

2. A sociedade pode deslocar a sua sede para qualquer parte do território nacional, mediante deliberação da assembleia-geral.

Artigo 4º

(Objecto)

1. A sociedade em por objecto principal as actividades como animações culturais e desportivas, a criação de equipamentos de lazeres, restauração e divertimentos.

2. A sociedade pode, ainda, adquirir participações em quaisquer outras sociedade, seja qual for o tipo, ou em agrupamentos

complementares de empresas, bem como aliená-las, mediante deliberação da assembleia-geral.

Artigo 5º

(Capital social)

O capital social & de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), integralmente subscrito e realizado em bens pelo sócio e corresponde a uma quota única pertencente a Alírio dos Santos Moreira.

Artigo 6º

(Gerência)

1. A gerência da sociedade é exercida com dispensa de caução, com ou sem remuneração, por quem for designado pelo sócio.

2. O gerente tem os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade em juízo e perante terceiros.

Artigo 7º

(Ano civil, inventário e balanço de resultados)

1. O ano social é o civil

2. Até trinta e um de Março de cada ano serão aprovados o inventário e o balanço de resultados da sociedade

Artigo 8º

(Balanço)

1. Dos lucros líquidos aprovados no balanço será deduzida uma percentagem fixa nunca inferior a cinco por cento que é destinado ao fundo de reserva legal.

2. O remanescente será aplicado conforme deliberação do sócio.

Artigo 9º

A sociedade dissolve-se nos casos determinados na lei.

Artigo 10º

(Casos omissos)

Os casos omissos serão resolvidos nos termos da lei comercial vigente no País.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 25 de Maio de 2005. – O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(1014)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO GONÇALVES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeito de publicação que as presentes fotocópias compostas de três folhas estão conformes os originais no qual foi constituída uma sociedade por quotas com a denominação "KAFAR – Comércio e assistência Técnica de Equipamentos Industriais, Lda."

Encontra-se depositado o relatório elaborado nos termos do número 1 do artigo 130º CEC.

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

Entre os seguintes outorgantes:

– PRIMEIRO: José Carlos Ferreira Urbano, casado com Maria João dos Santos Martins Urbano, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Freguesia de Marvila, cidade e concelho de Lisboa, com o NIF numero 187 817588, titular do Bilhete de Identidade numero

6984533 de 4 de Abril 2003, arquivo de Lisboa, com residência habitual em sitio do Bico Alto, caixa postal 34 A,8150-019 S.º Brás de Alportel. Portugal;

– SEGUNDO: António José Ferreira Gomes, divorciado, natural da Freguesia de Alburitel, cidade e concelho de Ourém, com o NIF numero 183 596340, titular do Bilhete de Identidade numero 9408355, de 21 de Julho 2004, arquivo de Santarém, com residência habitual em Bloco Caravela numero 116 R/c, Siroco, 8700-383 Olhão, Portugal.

É constituída a presente sociedade entre os outorgantes, que fica subordinada às condições constantes nos estatutos seguintes:

#### ESTATUTOS

##### Artigo 1º

1. A sociedade adopta a denominação “KAFAR Comercio e Assistência Técnica de Equipamentos Industriais, LDA.”

2. A sociedade tem a sua sede em Palmarejo, cidade da Praia, concelho de Nossa Senhora da Graça.

##### Artigo 2º

A sociedade tem por objecto importação, comercialização de máquinas e ferramentas para a indústria de carpintaria e assistência técnica dos equipamentos.

##### Artigo 3º

O capital social integralmente realizado em espécie é de cinco milhões de escudos Cabo-verdianos, e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de três milhões setecentos e cinquenta mil escudos Cabo-verdianos, pertencente ao sócio José Carlos Ferreira Urbano e outra no valor nominal de um milhão duzentos e cinquenta mil escudos Cabo-verdianos, pertencente ao sócio António Jorge Ferreira Gomes.

##### Artigo 4º

1. A cessão de quotas, total ou parcial, entre sócios é inteiramente livre.

2. A cessão a pessoas diferentes das mencionadas no numero anterior, depende do consentimento da sociedade, ficando esta com o direito de preferência em primeiro lugar se legalmente o puder exercer e os sócios em segundo lugar e pela ordem decrescente das suas quotas.

3. O sócio que pretender ceder a sua quota a pessoas diferentes das mencionadas no número 1, dará conhecimento à sociedade e aos restantes sócios, por carta registada, com aviso de recepção, indicando a pessoa a quem pretende fazer a cessão, preço e condições de pagamento.

4. A sociedade e cada um dos restantes sócios deverá responder se pretende ou não optar, também por igual forma, no prazo de trinta dias, considerando-se a falta de resposta como consentimento para a referida cessão.

##### Artigo 5º

1. A gerência da sociedade, sem necessidade de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia-geral, pertence a ambos os sócios, os quais ficam desde já nomeados gerentes;

2. Para obrigar a sociedade é necessária a assinatura de um gerente. Aos gerentes é expressamente proibido obrigar a sociedade em actos e contractos que não digam respeito aos negócios sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor e outros semelhantes

##### Artigo 6º

1. A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer dos sócios, nos seguintes casos:

- a) Acordo dos sócios;
- b) Quando qualquer uma das quotas for arrolada, arrestada, penhorada ou objecto de qualquer outro procedimento judicial ou administrativo;

c) Em caso de insolvência dos sócios; -

d) Por partilha judicial ou extrajudicial da quota, na parte em que for adjudicada ao seu;

e) Por infracção do sócio que ceda a sua quota depois de a sociedade ter declarado exercer o seu direito de preferência.

2. A contrapartida da amortização será calculada nos termos da legislação em vigor.

##### Artigo 7º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os herdeiros ou representante e enquanto a sua quota permanecer indivisa os seus herdeiros ou representantes legais exercerão em comum, todos os direitos que lhe são inerentes, devendo designar um de entre eles para os representar. Enquanto não o fizerem, é o mais velho que tem legitimidade para tal.

##### Artigo 8º

Os lucros apurados no fim de cada exercício social, terão o destino que a assembleia-geral determinar, respeitada a legislação em vigor sobre a constituição de reservas, podendo a remuneração dos gerentes, quando exista, consistir em participação dos lucros da sociedade.

##### Artigo 9º

A assembleia-geral, excepto quando a lei exija formalidades, serão convocados por meio de carta registada expedida com a antecedência mínima de quinze dias em relação à data da sua realização.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 16 de Junho de 2005. – O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(1015)

#### Conservatória dos Registos Comercial da Praia

##### CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula numero 1685;
- c) Que foi requerida pelo número 11;
- b) Que ocupa duas folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco dest. Conservatória.

CONTA Nº 146/05:

“MAR – Comercio Geral, Importação e Exportação – Sociedade Unipessoal, Lda.”

O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

Ap. 10/2004/11/26:

##### CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE UNIPESSOAL:

SEDE: Plateau – Praia, podendo criar delegações, representações ou deslocar a sua sede para qualquer ponto do território nacional.

OBJECTO: Importação de materiais de construção, vestuários, perfumaria, calçados e bebidas. Por deliberação da assembleia-geral a sociedade poderá dedicar-se a outras actividade afins, complementares e conexas com o seu objecto nomeadamente, venda de peças auto e viaturas, material de escritório e consumíveis, material informático.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

CAPITAL: 5.00.000\$00, correspondente a quota única pertencente a Miguel Alencar Rodrigues, divorciado, natural de Rio Janeiro Brasil, residente nesta cidade.

GERÊNCIA: Será exercida pelo sócio único.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura gerente, ou de um procurador para pratica de determinados actos ou categoria de actos.

NATUREZA: Definitiva.

O Conservador; *Carlos Gregório Gonçalves*.

**CONTRATO DE SOCIEDADE**

Miguel Alencar Rodrigues, maior, divorciado, natural de Jauzeiro do Norte – CE, Brasil, nacionalidade Brasileira, portador da carta de identidade número 96002723098, emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceara, em 4 de Dezembro de 1999, nacionalidade Brasileira, residente no Plateau, rua Serpa Pinto.

Que constitui uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos constantes das clausulas seguintes:

**Cláusula Primeira**

A sociedade adopta a denominação “MAR – Comércio Geral, Importação e Exportação, Sociedade Unipessoal, L.da”.

**Cláusula Segunda**

A sociedade tem a sua sede na cidade da Praia – Plateau, podendo criar delegações, representações ou deslocar a sua sede para qualquer ponto do território nacional.

**Cláusula Terceira**

A sociedade tem por objecto:

1. Importação de materiais de construção, vestuários, perfumaria, calçados e bebidas;
2. Por deliberação da assembleia-geral a sociedade poderá dedicar-se a outras actividades afins, complementares e conexas com o seu objecto, nomeadamente, venda de peças auto e viaturas, material de escritório e consumíveis, material informático, desde que o sócio nela consinta e sejam permitidos por lei.

**Cláusula Quarta**

O capital social é de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), integralmente subscrito e realizado em bens pelo sócio e corresponde a uma quota única pertencente a Miguel Alencar Rodrigues.

**Cláusula Quinta**

1. A gerência da sociedade é exercida com dispensa de caução, com ou sem remuneração, por quem for designado.
2. O gerente tem os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade em juízo e perante terceiros.
3. Fica desde já designado gerente o sócio único Miguel Alencar Rodrigues.
4. A sociedade vincula-se pela assinatura do gerente, ou de um procurador para pratica de determinados actos ou categorias de actos.

**Cláusula Sexta**

Os balanços serão dados anualmente e encerrados a trinta e um de Dezembro devendo a apresentação dos mesmos ter lugar até trinta e um de Março do ano subsequente.

**Cláusula Sétima**

O ano social coincide com o ano civil.

**Cláusula Oitava**

Qualquer caso omissio será aplicável a legislação vigente em Cabo Verde. Os casos de litígio serão tratados no Tribunal da Comarca de Praia.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 26 de Novembro de 2004. – O Conservador, *Carlos Gregório Gonçalves*.

(1016)

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Fogo**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: FRANCISCA TEODORA LOPES

**EXTRACTO**

Certifico, narrativamente, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea *b*) do número um do artigo nono da lei numero vinte e cinco- barra seis romano barra dois mil e três de vinte e um de julho, que no dia onze de Janeiro do ano de dois mil e dois, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da segunda classe do Fogo, perante o Conservador/Notário, Substituto, Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves, foi lavrado no livro de notas para escrituras diversas número quatro barra B, a folhas 4 a 5, uma escritura de constituição da associação denominada “Associação para Promoção e Desenvolvimento de Achada Mentirosa – ADAME”, com duração por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, com sede em Achada Mentirosa, Freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, Fogo, com o património inicial de 70.000\$00 (setenta mil escudos), representada perante terceiros pelo presidente do concelho de direcção e cujo objecto principal é contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural de Achada Mentirosa e da Ilha do Fogo.

Conta nº 132/10 – (Isento nos termos da lei).

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe do Fogo, aos 28 de Outubro de 2004. – A Conservadora/Notária, *Francisca Teodora Lopes*.

(1017)

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: FRANCISCA TEODORA LOPES

**EXTRACTO**

Certifico para efeito de publicação que a fotocópia apensa, composta de duas folhas está conforme com os originais do contrato de sociedade, com a denominação de “ÓPTICAS D’JARFOGO – Arlindo Barbosa Gonçalves, Sociedade Unipessoal, Lda.”, e respectivos estatutos, os quais foram apresentados nesta Conservatória/Cartório, para efeitos de registo.

**ESTATUTOS**

**Artigo 1º**

**(Constituição e denominação)**

A sociedade adopta a denominação de “ÓPTICA D’JARFOGO – Arlindo Barbosa Gonçalves, Sociedade Unipessoal Lda.”.

**Artigo 2º**

**(Sede)**

A sociedade tem a sua sede em Achada Pato, cidade de São Filipe, podendo criar delegações e/ou filiais em qualquer ponto do território nacional.

**Artigo 3º**

**(Objecto)**

A sociedade tem por objectivo: Realização de actividade comercial na área de venda de óculos, armação, lentes unificais, bifocais, progressivas, contactos e afins.

**Artigo 4º**

**(Duração)**

A sociedade é por tempo indeterminado.

## Artigo 5º

**(Capital Social)**

O capital social é de 833.000\$00 (oitocentos e trinta e três mil escudos), encontra-se integralmente realizado em bens, correspondendo à quota, pertencente ao sócio único Arlindo Barbosa Gonçalves.

## Artigo 6º

**(Aumento de capital social)**

O capital social poderá ser aumentado mediante a deliberação do sócio único.

## Artigo 7º

**(Cessão de quotas)**

A cessão de quotas a terceiros bem como a sua divisão depende unicamente da decisão do sócio único.

## Artigo 8º

**(Gerência)**

A gerência da sociedade incube ao sócio único ou quem for por ele designado.

## Artigo 9º

**(Fiscalização)**

Para fiscalização da sociedade o sócio único designará um auditor certificado.

## Artigo 10º

**(Ano social)**

O ano social e o ano civil.

## Artigo 11º

**(Casos omissos)**

Os casos omissos serão regulados pela legislação civil vigente, relativa a sociedade de igual natureza.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Fogo, aos 31 de Março de 2005. – A Conservadora/Notária, *Francisca Teodora Lopes*.

(1018)

**Conservatória e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina**

A CONSERVADORA/ NOTÁRIA: ESTER MARISA SOARES DE BARROS

## EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 9º da lei numero 25/V/2003, de 21 Julho, que neste Cartório Notarial a meu cargo, e no dia 4 do mês de Novembro do ano 2004, no livro de notas para escrituras diversas numero 25, à folhas 36 Verso a 37, foi exarada uma escritura de constituição de uma Associação sem fins lucrativos, de duração indeterminada, denominada "Associação para o Desenvolvimento de Achada Leitão", designada abreviadamente ADAL, com sede em Achada Leitão – Freguesia de São Salvador do Mundo – Concelho de Santa Catarina, com o património inicial de 5.500\$00 (cinco mil e quinhentos escudos), representada perante terceiros por sete membros da direcção, sendo um deles o presidente, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento social, cultural, desportivo e económico da localidade de Achada Leitão; estimular a solidariedade social, nacional e estrangeira; criar um espaço de diálogo, convivência e consertação; promover o

desenvolvimento comunitário no sentido de melhorar o nível e qualidade de vida da população desta localidade e na resolução dos seus problemas dentro de uma perspectiva de desenvolvimento harmonioso da Freguesia em geral e da localidade da Achada Leitão em particular.

Conservatória dos Registos/Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, aos 26 de Dezembro de 2004. – A Conservadora/Notária, *Ester Marisa Soares de Barros*.

(1019)

**Conservatória dos Registos da Região da Segunda Classe do Sal**

## CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor;
- c) Que foi requerida pelo número 3 do Diário de 4 de Maio de 2005 pela sociedade "PENSÃO PORTA DO VENTO LDA";
- b) Que ocupa quatro folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

## CONTA Nº 383/05:

Artigo 11º1 .....	150\$00
Artigo 11º2 .....	90\$00
Soma .....	240\$00

## Diário:

IMP Soma .....	240\$00
10% .....	24\$00
Requerimento .....	5\$00
Soma Total .....	269\$00

São: (duzentos e sessenta e nove escudos):

## ESCRITURA

Elaborado nos termos de nova redacção dada ao número 2 do artigo 78º do código de Notariado, através do Decreto – Legislativo numero 2/97, de 10 de Fevereiro de 1997, que faz parte integrante da escritura de constituição de sociedade denominada "PENSÃO PORTA DO VENTO, LIMITADA" sociedade por quotas de responsabilidade limitada, registada na Conservatória dos Registos da Região de 2ª Classe do Sal, sob o número 944.

## CONTRATO DE SOCIEDADE

Pelo presente documento particular: Camilla Iotti, maior de idade, solteira, natural de Itália, titular do Passaporte de cidadão Italiano numero 745268P, emitido em Itália, no dia 16 de Setembro de 1996, residente na Vila de Santa Maria Ilha do Sal e Ireo Iotti, maior de idade, casado com separação de bens com Ilva Fontanesi, natural de Itália, titular do Passaporte de cidadão Italiano número C 624258, emitido em Itália, no dia 13 de Julho de 2004, residente em Canárias – Espanha de passagem por esta Ilha do Sal constituem uma sociedade por quotas que se regerá de acordo com os seguintes estatutos:

## Artigo 1º

**(Denominação)**

A sociedade adopta a firma "PENSÃO PORTA DO VENTO, LIMITADA".

Artigo 2º

(Sede)

A sociedade tem a sua sede social na Vila de Santa Maria, Ilha do Sal, podendo, mediante deliberação da gerência, transferir a sua sede para qualquer localidade e abrir delegações, sucursais, filiais e outras representações, em qualquer parte do país ou no estrangeiro.

Artigo 3º

(Objecto Social)

1. A sociedade tem por objecto o exercício das seguintes actividades: exploração hoteleira; actividades turísticas e de animação; restauração.

2. Na prossecução do seu objecto, a sociedade pode participar no capital social de outras sociedades constituídas ou a constituir, seja qual for o objecto social, bem como associar-se sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou colectivas, consórcios e associações em participação.

Artigo 4º

(Duração)

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Artigo 5º

(Capital Social, sócios e quotas)

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado é de duzentos mil escudos, dividido em duas quotas, uma com o valor nominal de cento e noventa mil escudos, pertencente ao sócio Camilla Iotti e outra com o valor nominal de dez mil escudos pertencente ao sócio Ireo Iotti.

2. A sociedade poderá aumentar o capital social sempre que se mostrar necessário, por deliberação da assembleia-geral.

3. No aumento de capital social, os sócios gozam do direito de preferência, na proporção da respectiva participação social, por forma a manterem a sua participação percentual no capital social, salvo se a assembleia-geral deliberar o contrário.

Artigo 6º

(Cessão e divisão de quotas)

A cessão de quotas, no todo ou em parte, a estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando os sócios, em primeiro lugar e a sociedade depois, do direito de preferência.

Artigo 7º

(Prestações suplementares)

Os sócios podem deliberar que lhes sejam exigidas prestações suplementares de capital.

Artigo 8º

(Gerência e mandatário)

1. A gerência da sociedade, com ou sem caução, remunerada ou não, é nomeada por deliberação da assembleia-geral.

2. Para obrigar a sociedade é necessária assinatura de um gerente.

3. Desde já fica nomeado gerente, sem caução e sem remuneração, o sócio Camilla Iotti.

4. O gerente fica desde já autorizado a proceder á movimentação da conta aberta em nome da sociedade, onde foi depositada a soma do valor das entradas correspondente ao capital social realização.

5. O gerente pode constituir mandatário mediante a outorga de procuração adequada para o efeito.

Artigo 9º

(Fiscalização)

Os sócios podem deliberar criar um órgão de fiscalização da sociedade, o qual será necessariamente um fiscal único.

Artigo 10º

(Actos estranhos aos fins sociais)

A sociedade não se obriga em contratos fianças, abonações, letras de favor ou quaisquer actos e documentos estranhos aos fins sociais, sendo da responsabilidade pessoal de quem os fizer, os prejuízos que daí advierem para a sociedade.

Artigo 11º

(Ano Social)

O exercício social coincide com o ano civil.

Artigo 12º

(Resolução de litígios)

1. Para todos os litígios entre a sociedade e os sócios ou entre estes, relativos á sociedade, deverá recorrer-se a uma comissão de arbitragem, cabendo a cada uma das partes em litígio a nomeação de um árbitro para integrar a comissão, e os árbitros escolhidos pelas partes escolherão um terceiro que presidirá aos trabalhos da referida comissão de arbitragem.

2. Esse terceiro árbitro escolhido, em casos de empate na votação, tem voto de qualidade.

Conservatória dos Registos/Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Sal, aos 13 de Maio de 2005. – A Conservadora/Notária, *Fátima Andrade Monteiro*.

(1020)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matricula e inscrição em vigor;
- c) Que foi requerida pelo número 2 do Diário de 4 de Maio de 2005 pela Sociedade BARONNET, LUGOL, BENADOU – Actividades Imobiliária, Limitada”;
- b) Que ocupa quatro folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 429/05:

Artigo 11º1.....	180\$00
Artigo 11º2.....	90\$00
Soma .....	210\$00

Diário:

IMP Soma .....	210\$00
10% .....	21\$00
Requerimento.....	5\$00
Soma Total .....	236\$00

São: (duzentos trinta e seis escudos)

ESCRITURA

Elaborado nos termos de nova redacção dada ao número 2 do artigo 78º do código de Notariado, através do Decreto – Legislativo

numero 2/97, de 10 de Fevereiro de 1997, que faz parte integrante da escritura de constituição de sociedade denominada "BARONNET, LUGOL, BENADOU – Actividades Imobiliária, Limitada" sociedade por quotas de responsabilidade limitada, registada na Conservatória dos Registos da Região de 2ª Classe do Sal sob o número 944.

#### CONTRATO DE SOCIEDADE

Pelo presente documento particular: Fabrice Jean Baronnet, maior, solteiro, empresário, natural de Paris -França, titular do Passaporte de cidadão francês número 02ZC94849, emitido em França, no dia 23 de Maio de 2002, Pierre Victor René Lugol, maior, solteiro, empresário, natural de Nice - França, titular do Passaporte de cidadão francês número 03EC90446, emitido em França, no dia 19 de Fevereiro de 2004, Henri Benabou, maior, divorciado, empresário, natural de Bordeaux – França, titular do Passaporte de cidadão francês número 02ZT01950, emitido em França, no dia 27 de Maio de 2002, residentes em França e de passagem por esta ilha do Sal, constituem uma sociedade por quotas que se regea de acordo com os seguintes estatutos:

#### Artigo 1º

##### (Denominação)

A sociedade adopta a firma "BARONNET, LUGOL, BENABOU – ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, LDA", ou abreviadamente "B,L,B – IMO, Lda".

#### Artigo 2º

##### (Sede)

A sociedade tem a sua sede social na Vila de Santa Maria, ilha do Sal, podendo, mediante deliberação da gerência, transferir a sua sede para qualquer localidade e abrir delegações, sucursais, filiais e outras representações, em qualquer parte do país ou no estrangeiro.

#### Artigo 3º

##### (Objecto Social)

1. A sociedade tem por objecto o exercício de actividades imobiliárias: compra, venda, aluguer, promoção.

2. Na prossecução do seu objecto, a sociedade pode participar no capital social de outras sociedades constituídas ou a constituir, seja qual for o objecto social, bem como associar-se sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou colectivas, consórcios e associações em participação ou exercer outro tipo de actividade económica.

#### Artigo 4º

##### (Duração)

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

#### Artigo 5º

##### (Capital Social, sócios e quotas)

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado é de trezentos mil escudos, dividido em três quotas com o valor nominal de cem mil escudos cada, pertencentes a cada um dos sócios: Fabrice Jean Baronnet, Pierre Victor René Lugol e Henri Benabou.

2. A sociedade poderá aumentar o capital social sempre que se mostrar necessário, por deliberação da assembleia-geral.

3. No aumento de capital social, os sócios gozam do direito de preferência, na proporção da respectiva participação social, por forma a manterem a sua participação percentual no capital social, salvo se a assembleia-geral deliberar o contrário.

#### Artigo 6º

##### (Cessão e divisão de quotas)

1. A cessão de quotas, no todo ou em parte, a estranhos, depende do consentimento da sociedade, gozando os sócios, em primeiro lugar e a sociedade depois, do direito de preferência.

2. No caso de morte de sócio, os legítimos herdeiros cedem a quota, gozando os sócios, em primeiro lugar e a sociedade depois, do direito de preferência, sendo esta cessão efectuada pelo valor de avaliação á data da morte, efectuada por Entidade Independente de Auditoria.

#### Artigo 7º

##### (Prestações suplementares)

Os sócios só podem deliberar por unanimidade, que lhes sejam exigidas prestações suplementares de capital.

#### Artigo 8º

##### (Gerência e Mandatário)

1. A gerência da sociedade, com ou sem caução, remunerada ou não, pertence aos Sócios, desde já nomeados gerentes.

2. A sociedade obriga-se em geral, pela assinatura de um gerente ou procurador, especialmente para movimentar as contas bancárias abertas em nome da sociedade até ao limite por operação de um milhão de ecv; mas só com a assinatura conjunta de todos os gerentes nos seguintes actos: comprar e vender bens imóveis e móveis sujeitos a registo, movimentar as contas bancárias abertas em nome da sociedade além do limite de um milhão de ecv por operação, contrair financiamentos e participar no capital de qualquer sociedade constituída ou a constituir, aquisição e cedência de quotas, compra e venda de acções.

3. A gerência fica desde já autorizada a proceder á movimentação da conta aberta em nome da sociedade, onde foi depositada a soma do valor das entradas correspondente ao capital social realizado.

4. A sociedade pode constituir mandatário mediante a outorga de procuração adequada para o efeito.

#### Artigo 9º

##### (Fiscalização)

Os sócios podem deliberar criar um órgão de fiscalização da sociedade, o qual será necessariamente um fiscal único.

#### Artigo 10º

##### (Actos estranhos aos fins sociais)

A sociedade não se obriga em contratos, fianças, abonações, letras de favor ou quaisquer actos e documentos estranhos aos fins sociais, sendo da responsabilidade pessoal de quem os fizer, os prejuízos que daí advierem para a sociedade.

#### Artigo 11º

##### (Ano Social)

O exercício social coincide com o ano civil.

#### Artigo 12º

##### (Resolução de litígios)

1. Para todos os litígios entre a sociedade e os sócios ou entre estes, relativos á sociedade, deverá recorrer-se a uma comissão de arbitragem, cabendo a cada uma das partes em litígio a nomeação de um árbitro para integrar a comissão, e os árbitros escolhidos pelas partes escolherão um terceiro que presidirá aos trabalhos da referida comissão de arbitragem.

2. Esse terceiro árbitro escolhido, em casos de empate na votação, tem voto de qualidade.

3. Caso seja decidido recorrer a Tribunal, o Tribunal competente será o da Comarca da sede social.

Conservatória dos Registos/ Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Sal, aos 18 de Maio de 2005. – A Conservadora Notária, *Fátima Andrade Monteiro*.

CONTAS E BALANCETES

**BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO**

RELATÓRIO E CONTAS DE 2004

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

O Banco Comercial do Atlântico, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, elegeu em Assembleia-geral de Accionistas, os seguintes membros dos Órgãos Sociais:

Assembleia-Geral

Dr. Amaro Alexandre da Luz (Em representação do Estado de Cabo Verde)

Dr. David Hopffer Almada

Dr. José Manuel Simões Correia

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é nomeado pela Assembleia-Geral e é constituído por um Presidente e quatro Administradores, dois dos quais sem funções executivas:

Presidente Dr. João Henrique Real Pereira (*Em representação da Caixa Geral de Depósitos*)

Administrador Dr. António Miguel Ornelas Afonso

Administrador Dr. Fernando Jorge Livramento Santos Moeda

Administrador Dr. Manuel Mendes Camarinha – Até Maio de 2004.

Administrador Dr. Leandro Rodrigues Graça Silva – A partir de 1 Novembro de 2004.

Administrador Dr. Paulo Jorge de Oliveira Lima

Conselho Fiscal

Deloitte & Touche (*Na qualidade de fiscal único*)

Fiscal Único Suplente – A indicar pela Deloitte & Touche

A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração e é composta por três elementos da Administração:

Dr. António Miguel Ornelas Afonso -Presidente

Dr. Manuel Mendes Camarinha – Até Maio de 2004.

Dr. Leandro Rodrigues Graça Silva – A partir de 1 Novembro de 2004.

Dr. Fernando Jorge Livramento Santos Moeda

A distribuição do Capital Social, a 31/12/2004, era a seguinte:

Accionistas	Valor	Percentagem
CGD/INTERATLÂNTICO	525.000.000,00	52,5%
GARANTIA	125.000.000,00	12,5%
ESTADO	100.000.000,00	10,0%
TRABALHADORES	30.601.000,00	3,1%
OUTROS ACCIONISTAS	219.399.000,00	21,9%
<b>TOTAL</b>	<b>1.000.000.000,00</b>	<b>100,0%</b>

2 - PRINCIPAIS VALORES E INDICADORES DE ACTIVIDADE E RESULTADOS

Variáveis	Unid.	2002	2003	2004
<b>BALANÇO</b>				
Activo Total	contos	36.730.869	40.247.861	42.835.414
Crédito Total	contos	13.592.406	15.115.509	15.777.528
Passivo	contos	35.071.971	38.441.359	41.082.666
Depósito total	contos	31.001.870	34.552.246	37.051.160
Situação Líquida	contos	1.658.898	1.806.502	1.752.747
<b>CONTA DE EXPLORAÇÃO</b>				
Margem Financeira	contos	761.483	769.531	973.718
+Margem Complementar	contos	794.120	900.172	844.423
=Produto Bancário	contos	1.555.603	1.669.702	1.818.140
-Custos Administrativos	contos	917.519	969.954	1.048.906

Variáveis	Unid.	2002	2003	2004
=Cash-Flow de Exploração	contos	638.084	699.748	769.234
+Saldo Ganhos e Perdas extraordinários	contos	163.452	122.949	71.935
=Cash-Flow do Exercício	contos	801.536	822.698	841.170
-Amortizações do Exercício	contos	113.539	138.494	161.244
-Provisões Líquidas do Exercício	contos	230.235	245.927	462.541
-Provisões p/ Impostos s/Lucros	contos	63.863	29.780	4.484
=Resultados Líquidos do Exercício	contos	393.900	408.496	211.767
<b>RÁCIOS</b>				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	8,5	9,0	9,0
Prov. Créd. Vencido/Crédito Vencido	%	133,2	120,7	105,7
Crédito Clientes/Depósitos	%	43,8	43,7	42,6
Resul. Líquido/Capitais Próprios Médio (ROE)	%	25,4	23,6	11,9
Resultado Líquido/Activo Médio (ROA)	%	1,1	1,1	0,5
Rácio Solvabilidade Ponderado	%	11,5	11,1	10,9
<b>FUNCIONAMENTO</b>				
C. Operativos/ Prod. Bancário (Cost Income)	%	66,3	66,4	66,6
Activo Total por Total Empregado no Activo	contos	96.406	106.476	111.551
Activo Total por Total Empregado Activo no Quadro	contos	125.361	139.266	150.829
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados no Activo	contos	117.045	131.396	137.575
Crédito e Depósito Total/ Nº de Agências	contos	2.347.067	2.365.131	2.296.899
Número Empregados Activos Totais	un.	381	378	384
Número Empregados Activos do Quadro	un.	293	289	284
Número de Agências	un.	19	21	23
Número de Balcões	un.	23	23	25

3 - CONJUNTURA ECONOMICO-FINANCEIRA

3.1 - Internacional

	PIB			INFLAÇÃO			DESEMPREGO		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004
EUA	2,5%	2,8%	4,3%	1,6%	2,3%	3,0%	5,8%	6,1%	5,4
ZONA EURO	0,9%	0,4%	1,6%	2,3%	2,1%	2,1%	8,4%	8,9%	8,9%*
PORTUGAL	0,5%	-0,8%	1,4%	3,6%	3,3%	2,5%	5,1%	6,6%	6,7%
JAPÃO	0,1%	2,6%	4,4%	-0,9%	-0,3%	-0,2%	5,4%	5,2%	

\* 3º trim.

A economia mundial evolui a bom ritmo em 2004, tendo mesmo excedido as previsões. A recuperação é generalizada a todas as regiões com um forte crescimento quer nas economias avançadas com excepção da economia europeia que apresenta uma recuperação mais moderada, quer nos países emergentes e em desenvolvimento.

A economia norte-americana registou um crescimento económico na ordem dos 4,3%, mais 1,5% que o ano anterior, tendo como suporte o crescimento do investimento empresarial, aumento do consumo privado e taxas de juro baixas, traduzindo-se num aumento do rendimento disponível. De se assinalar no entanto que a taxa de inflação aumentou, passando para 3,0% e 0,7 pp acima do valor de 2003, devido ao aumento do preço do petróleo, enquanto que o desemprego inverteu a tendência diminuindo para 5,4% e 0,4 pp abaixo do valor registado em 2003.

A generalidade dos países da União Europeia registou um ritmo de crescimento moderado do produto. Os principais indicadores da Zona Euro demonstram que o crescimento económico apesar de moderado se situa acima dos níveis previstos. O crescimento das exportações fruto do fortalecimento da procura externa, e o ritmo estável de crescimento da procura interna, apesar dos fortes aumentos dos preços dos produtos energéticos, com impacto negativo no poder de compra das famílias, contribuíram para o crescimento da actividade económica durante 2004. Em Dezembro o PIB atingiu 1,6%, valor superior aos 0,4% de 2003. A inflação e o desemprego mantiveram no mesmo patamar de 2003, 2,1% e 8,9% respectivamente.

A economia Portuguesa após a recessão de 2003, em que o Produto Interno Bruto registou uma redução de 1,3%, a actividade económica tem recuperado gradualmente, apresentando desde o começo do ano, um crescimento sólido. A evolução positiva da actividade económica deveu-se a procura interna privada que tem liderado a recuperação, com ganhos quer no consumo privado quer no investimento e também das exportações. De acordo com o Banco de Portugal, em 2004 o Produto Interno Bruto (PIB) situou-se em 1,4%. Em termos reais 2,2% acima de 2003, valor ligeiramente abaixo da Zona do Euro que registou um crescimento de 1,6%. O abrandamento económico verificado em finais de 2003 diminuiu significativamente a pressão sobre os preços e salários, em 2004. Neste sentido, a inflação atingiu em 2004 2,5% contra os 3,3% de 2003, enquanto que o desemprego tem seguido uma trajetória ascendente desde 2001, para atingir 6,7% em 2004.

Verificou-se na economia Japonesa uma aceleração da actividade económica, reflectindo não apenas a forte expansão das exportações, mas também o comportamento favorável do investimento das empresas. O PIB atingiu em 2004 4,4%, 1,8 pp acima de 2003. No que toca à evolução dos preços, continuou a verificar-se uma ligeira deflação, tendo o IPC atingido -0,2%.

Nos países mais pobres, especialmente em África, os progressos na estabilidade macroeconómica e política e as melhores condições agrícolas, bem como a subida da produção de petróleo nalguns países permitiram o aumento do crescimento nesta região, com um aumento do PIB à volta dos 4,7%, valor superior aos 3,2% registados em 2003. Após os significativos avanços na estabilidade económica, nomeadamente a consolidação da estabilidade de preços e das finanças públicas, os desafios prioritários situam-se no desenvolvimento de infra-estruturas e no fortalecimento das instituições e da boa governação. O crescimento em África continua muito dependente das tendências globais e da comunidade internacional. Neste âmbito, os EUA vêm manifestando um maior interesse neste continente, o que poderá vir a concretizar-se num acréscimo de investimentos principalmente com o programa "Millenium Challenge Account" e do "Export-Import of Unite States" programa de exportação de produtos norte americanos e créditos estruturados, que visam apoiar o desenvolvimento em África.

### 3.2 - Nacional

#### 3.2.1 - Dados Gerais

##### ALGUNS DADOS SOBRE A ECONOMIA CABOVERDIANA

RÚBRICAS	UNIDADES	Prev.		
		2002	2003	2004
PIB RealVariação		4,3	5,0	5,5
PIB Nominal	Milhões Contos	75,40	81,20	85,50
Cambio Médio Anual	USD/CVE	117,30	97,80	88,80
Inflação	Média Anual	1,8	1,2	1,0
Défica da BTC/PIB	%	-11,00	-8,70	-9,90
Desemprego	%	16,20	16,70	
Massa Monetária	Milhões Contos	52,13	56,83	60,90
Massa Monetária	V.anual %	14,30	9,00	7,13
Reservas Cambiais	Meses de Importação	2,10	2,00	2,40
Crédito Interno Total	Variação	13,90	9,49	4,20
Crédito SPA	Variação	15,00	3,60	-3,30
Crédito à Economia	Variação	12,90	15,15	10,90

Fonte: BCV

Projectões do Min. Finanças

A economia Cabo-verdiana registou em 2004 uma melhoria nos principais indicadores económicos, nomeadamente PIB e inflação.

O PIB cresceu 5,5 por cento, mais 0,5 p.p. face a 2003, enquanto a inflação atingiu 1% em Dezembro de 2004, -0,2 p.p. abaixo da taxa do período homólogo, não obstante a introdução do IVA em Janeiro de 2004. Com efeito, o peso dos bens alimentares no IPC é elevado, área onde a incidência do IVA é menor ou nula.

No tocante à Política Cambial e dada a paridade fixa entre CVE/EURO, como consequência do Acordo de Convertibilidade assinado entre os Governos de Cabo Verde e Portugal, a taxa de câmbio efectiva nominal registou algumas oscilações, reflectindo as variações do Euro em relação ao dólar, tendo o câmbio USD/CVE passado de 97,8 em finais de 2003 para 88,8 (média anual) em Dezembro de 2004.

As reservas, em meses de importação, atingiram em Dezembro o equivalente a 2,4 meses, 0,4 pontos acima do registado em 2003.

De acordo com os dados do BCV, o Crédito Interno líquido atingiu no final de Dezembro de 2004 uma taxa de crescimento positiva de 4,5%, explicada pelo acréscimo no Crédito à Economia de 10,9% e não obstante a redução verificada no Crédito ao Sector Público Administrativo em -3,3%. Em termos absolutos, o crédito ao sector público administrativo passou de 25.556 milhões de escudos em 2003 para 24.713 milhões de escudos em Dezembro 2004, enquanto o Crédito à Economia aumentou de 28.902 milhões de escudos para 32.000 milhões de escudos.

A Massa Monetária apresentou um acréscimo de 7,13%. Em termos absolutos, cifrou-se em 60,9 milhões de contos em Dezembro de 2004 face aos 56,83 milhões de contos de Dezembro de 2003, devido a evolução das disponibilidades líquidas sobre o exterior e também do crédito à economia.

O ano de 2004 foi ainda rico em acontecimentos que a prazo se espera venham a ter importantes reflexos no desenvolvimento do país, dos quais salientamos:

- Conclusão das obras de extensão do cais da Praia em 80 metros para a acostagem de embarcações de pesca. O projecto totalmente financiado pelo governo do Japão em 1 milhão e 408 mil contos, deverá contribuir significativamente para a melhoria das condições de desembarque do pescado na cidade, bem como para o aumento da produção;
- Fim do embargo da União Europeia sobre os produtos de pescas cabo-verdianos. Neste momento há duas empresas: A Salsesimbra exporta lagosta viva e vai começar a exportar peixe fresco e a Frescomar que se prepara para exportar pescados em conservas. As exportações de produtos de pesca de Cabo Verde para EU (União Europeia) representavam um envelope de 150 a 200 milhões de escudos, antes do embargo de Fevereiro de 2000;
- Cabo Verde deixou de pertencer ao grupo dos Países Menos Avançados (PMA), uma categoria criada pelo sistema das Nações Unidas, ao abrigo da qual a comunidade internacional concede um conjunto vasto de ajuda ao desenvolvimento e empréstimos em condições altamente favoráveis. A razão desta mudança prende-se sobretudo com os índices de desenvolvimento que Cabo Verde apresenta de uns anos a esta parte, nomeadamente em áreas como a educação, saúde, esperança de vida, rendimento per capita etc. De referir que no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelas Nações Unidas, este arquipélago já ocupa uma posição intermédia, mais concretamente a 103ª, posição num grupo de 175 países;
- Cabo Verde acaba de ser incluído na primeira lista dos países africanos que vão poder beneficiar-se do Programa Millenium Challenger Account, criado pelo governo dos EUA, para apoiar o desenvolvimento em África;
- Holanda acaba de disponibilizar um importante fundo, no quadro de um programa de apoio aos países emergentes. Este protocolo abre a possibilidade de

empresários cabo-verdianos passarem a beneficiar do apoio financeiro fornecido pelo fundo holandês para a Cooperação dos Mercados Emergentes (PSOM). Os beneficiários deste programa, podem solicitar um apoio financeiro de até 60% do valor global dos investimentos previstos. O custo total de cada projecto poderá atingir, no máximo, 900 mil Euros, sendo o subsídio total por projecto de até 540 mil Euros;

- O aparecimento de mais um Banco susceptível de tornar o sistema financeiro cada vez mais concorrencial e competitivo. O Banco Totta Cabo Verde passou a ter a designação de Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN), após aquisição por um grupo de investidores Cabo-Verdianos;
- O Fundo Regional de Desenvolvimento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (FRDC), uma filial do Banco de Investimento e Desenvolvimento da Organização Regional (BIDC), concedeu um empréstimo de 2.941.276 euros ao Estado de Cabo Verde, para o financiamento de infra-estruturas no domínio da saúde e do turismo;
- Apoio do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) em 2,5 milhões de unidades de conta, equivalente a 3,67 milhões de dólares, do Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde, para o período de 2002-2005, cujo objectivo é a redução da pobreza e a melhoria do ambiente macroeconómico no arquipélago;
- As remessas dos emigrantes cabo-verdianos cifraram-se em 8.741 milhões de escudos cabo-verdianos (ECV). Portugal figura como o primeiro país de origem daquelas receitas;
- Assinatura entre o Governo e o BAD – Banco Africano de Desenvolvimento de um Acordo de empréstimo no montante de 338 mil contos para Ajuda Orçamental, no quadro do Apoio às Reformas Económicas - PAREIII;
- Cabo Verde reduziu em 3,8 por cento, entre 1990 e 2002, a taxa de mortalidade infantil de menores de cinco anos, refere um relatório divulgado na semana de 4 de Outubro pelo Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF).

### 3.2.2 – Sistema Financeiro

Depois do aperto imposto pelas autoridades monetárias em Outubro de 2003, principalmente na subida do coeficiente das reservas mínimas de caixa de 18% para 19% com vista a redução da liquidez excedentária no sistema bancário e da subida das taxas dos BTs, o Banco Central diminui o coeficiente das Reservas Mínimas de Caixa aos Bancos Comerciais, para o patamar antes de Outubro 2003, em Dezembro de 2004.

O Banco Central publicou alguns Avisos com o objectivo de reforçar o papel da Supervisão Bancária num contexto de maior liberalização e concorrência no mercado financeiro, tais como: Aviso Nº 1/2004 de 16/02 sobre a falta de pagamento de prémios de contrato de seguros; Aviso nº 2/2004 de 01/03 que estabelece os prazos de Avaliação a que se sujeitam os terrenos e edifícios das seguradoras as regras orientadoras para a realização dessas avaliações e os requisitos exigíveis aos respectivos peritos avaliadores; Aviso nº 3/2004 que autoriza a ECV Serviços Financeiro, Agência de Câmbios, a exercer a actividade de agência de câmbios nos termos permitidos por lei.

São de realçar ainda as seguintes publicações de âmbito financeiro: Decreto-Lei nº 22/2004 que introduz alteração no Decreto-Lei nº72/94, de 12 de Dezembro que regula a actividade das Sociedades de Capital de Risco em Cabo Verde; Decreto-Lei nº 34/2004 de 09/08 que define alguns aspectos do regime de letras, livranças e cheques bem como a liquidação e o pagamento de impostos de selo que recai sobre os mesmos; Lei nº38/VI/2004 que aprova o regime especial das Agências Operadoras Turísticas e Portaria nº 50/2004 de 13/12 que autoriza a constituição de uma instituição financeira internacional, na forma de entidade autónoma, com denominação de Banco Português de Negócios.

Deu-se no início de Dezembro a actividade de Acquiring VISA ATM's nas diversas máquinas ATM's espalhadas pelo território nacional. Neste momento o BCA está a preparar a emissão do cartão com a marca VISA, nos produtos Electron, Classic, Corporate e Gold.

### 3.2.3. BCA no Sistema

O Crédito Total e os Depósitos do BCA representam 53,0% e 63,8% do total do Sistema Financeiro em Dezembro de 2004, contra 55,4% e 66,3% em Dezembro de 2003, respectivamente.

Intensificou-se a utilização do cartão de débito Vinti4 e dos serviços de POS. É assim que até Dezembro foram produzidos 86.888 cartões, cabendo ao BCA o correspondente a 50% (43.522 cartões) da quota de mercado. O número de levantamentos em 2004 atingiu os 1.067.680 sendo 62% de clientes do BCA. Já foram instalados 155 POS, sendo que 57% (88 POS) são do BCA, dos quais 11 instalados em 2004. Por outro lado, das 2 máquinas de ATM's instaladas em 2004, uma é do BCA. No total, o sistema possui 38 máquinas, sendo 16 do BCA.

## 4 – ACTIVIDADE COMERCIAL

### 4.1. – Recursos

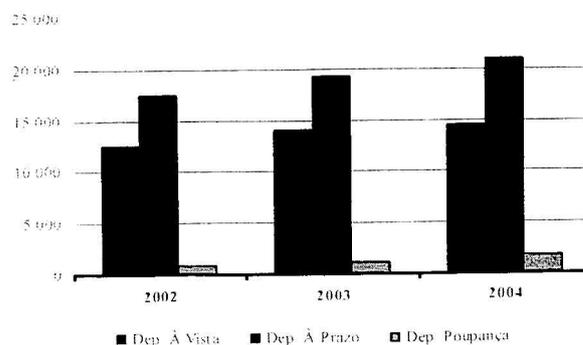
Beneficiando de uma excelente rede de Balcões num total de 23 Agências e 2 prolongamentos cobrindo quase todos os concelhos do país, em 2004 o BCA continuou a sua politica de captação de recursos, como se constata no quadro seguinte:

#### Recursos

(1000 Contos)

Rubricas	2002	2003	2004	Variação		T.C	
				2003/2002	2004/2003	2003/2002	2004/2003
Dep. À Vista	12.562	14.037	14.486	1.474,4	449,7	11,74%	3,20%
Dep. À Prazo	17.524	19.308	20.908	1.784,2	1.599,7	10,18%	8,29%
Dep. Poupança	916	1.208	1.657	291,7	449,5	31,85%	37,23%
Dep. Totais	31.002	34.552	37.051	3.550,3	2.499,0	11,45%	7,23%
Outros Recursos	222	274	197	52,0	-76,5	23,47%	-27,97%
<b>RECURSOS TOTAIS</b>	<b>31.223</b>	<b>34.826</b>	<b>37.248</b>	<b>3.602,3</b>	<b>2.422,4</b>	<b>11,54%</b>	<b>6,96%</b>

#### Recursos



Os Depósitos Totais atingiram os 37,1 milhões de contos, representando um crescimento de 7,23% em relação a 2003, resultado do efeito conjugado dos acréscimos nos Depósitos à Vista e em maior medida nos Depósitos a Prazo e de Poupança.

O quadro seguinte permite uma visão mais pormenorizada da Carteira de Depósitos e da evolução das suas diversas componentes.

### Carteira Geral de Depósitos

(1000 Contos)

RÚBRICAS	Variação				T.C.	
	2002	2003	2004	2004/2003	2003/2002	2004/2003
TOTAL EM MOE- DANACIONA	29.523,5	33.084,3	35.634,7	2.550,3	12,1%	7,7%
DEP. À VISTA	12.147,7	13.466,7	13.928,4	461,7	10,9%	3,4%
DEP. A PRAZO RESIDENTES	5.861,7	6.007,0	6.536,5	529,4	2,5%	8,8%
DEP. A PRAZO EMIGRANTES	10.598,2	12.403,0	13.512,6	1.109,6	17,0%	8,9%
TOTAL DPMN	16.459,9	18.410,0	20.049,1	1.639,1	11,8%	8,9%
DEP. POUPANÇA	915,9	1.207,6	1.657,2	449,6	31,9%	37,2%
POUPANÇA E- MIGRANTE	808,7	1.024,4	1.378,8	354,5	26,7%	34,6%
POUPANÇA JO- VEM	107,2	183,3	278,4	95,1	71,0%	51,9%
TOTA EM MOE- DA ESTRANG.	1.478,4	1.467,9	1.416,4	-51,5	-0,7%	-3,5%
DEP. À VISTA	414,5	569,8	557,7	-12,1	37,5%	-2,1%
DEP. A PRAZO RESIDENTES	35,7	38,7	44,4	5,7	8,3%	14,7%
DEP. A PRAZO EMIGRANTES	1.028,2	859,4	814,3	-45,1	-16,4%	-5,2%
TOTAL DPME	1.063,9	898,1	858,7	-39,4	-15,6%	-4,4%
TOTAL DEPÓSI- TOS	31.001,9	34.552,2	37.051,1	2.498,8	11,5%	7,2%

Do Total dos Depósitos, cerca de 96,2% são em moeda nacional (MN) e 3,8% em moeda estrangeira (ME).

Os Depósitos à vista em MN cresceram 3,4%, o que reflecte a crescente bancarização em Cabo-Verde, com cada vez mais empresas pagando os salários através dos bancos, e a utilização progressiva dos Cartões Vint4.

Os Depósitos a prazo em MN cresceram 8,9%, sendo que os Depósitos a prazo de emigrantes cresceram 8,9% e os dos residentes 8,8%, o que demonstra o aumento da confiança dos emigrantes no país e no BCA, apesar dos momentos de algum abrandamento económico que os países de acolhimento estão a atravessar e também pelo facto do Estado ter retirado a bonificação daqueles depósitos, a partir de Outubro de 2003. Em contrapartida os Depósitos de Emigrantes em ME decresceram -5,2%, a que não será alheio o facto das remunerações desses Depósitos acompanharem as taxas de remuneração internacionais de cada uma das moedas, significativamente abaixo das taxas de remuneração dos depósitos em MN.

Quanto aos Depósitos de poupança, cresceram 37,2% contra 31,9% no mesmo período do ano anterior. Os Depósitos de poupança jovem aumentaram 51,9% e a poupança emigrante 34,6%. O aumento da Poupança Jovem reflecte o esforço do Banco em convencer as famílias da importância de investirem no futuro dos filhos, nomeadamente ligando a poupança Jovem ao produto BCA Universitário.

#### 4.2. - Crédito

##### 4.2.1 - Condicionantes da Actividade do Crédito

Tendo em conta os condicionalismos impostos pela evolução da conjuntura macroeconómica, o BCV adoptou em 2004 uma política

monetária mais restritiva, aliado à política de contenção orçamental, levando a uma redução das necessidades de financiamento do Estado junto ao sistema bancário e permitindo a canalização de recursos para sectores mais produtivos.

##### 4.2.2- Análise do Crédito concedido

O crédito concedido cresceu 3,6% em relação a 2003, com comportamentos diferenciados para o curto e médio e longo prazo, conforme mostram o quadro e gráfico seguintes.

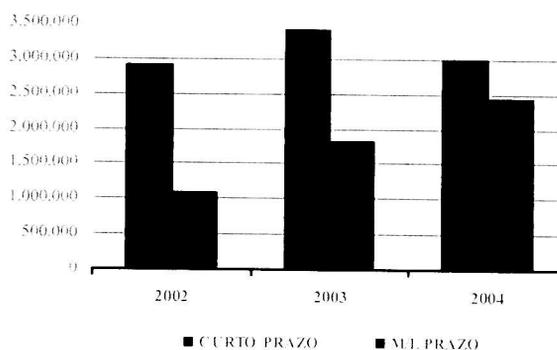
Com efeito, o crédito concedido de m/longo cresceu 33,9%, enquanto o de curto prazo sofreu um decréscimo de -12,6%. Este facto resulta fundamentalmente, da própria retracção da procura.

##### Evolução do Crédito Concedido

(Contos)

CRÉDITOS	2002	2003	2004	2003/2004	2003/2002	2004/2003
Curto Prazo	2.918.100	3.421.800	2.991.032	-430.768	17,3%	-12,6%
M/Lprazo	1.091.039	1.822.661	2.441.123	618.462	67,1%	33,9%
TOTAL	4.009.139	5.244.461	5.432.155	187.694	30,8%	3,6%

##### Evolução do Crédito Concedido



O crescimento de 3,6% (187,7 mil contos) no Crédito Concedido em 2004, foi consequência do acréscimo de 3,7% (147,4 mil contos) no Crédito Concedido a Particulares, e de um acréscimo de 2,8% (40,3 mil contos) no Crédito Concedido às Empresas, essencialmente no segmento de curto prazo cujo aumento de 38% (332 mil contos) anulou o efeito da diminuição de -53,8% (-291,7 mil contos) no segmento de médio e longo prazo.

De se referir que o menor crescimento verificado no crédito concedido ao segmento empresas comparativamente ao concedido a Particulares explica-se pelo acompanhamento mais estreito dos clientes empresas, nomeadamente através de uma análise sistemática dos seus balanços e contas permitindo ao Banco fazer uma melhor avaliação do desempenho das mesmas e consequentemente uma melhor avaliação dos riscos comerciais, aliado à dificuldade que as empresas demonstram em apresentar projectos bancarizáveis, principalmente nos sectores produtivos.

No Crédito Concedido a Particulares destaca-se o crédito concedido para Habitação com crescimento de 4,7%.

##### Crédito Concedido por Entidade

(Contos)

Entidades	Dez-03	Dez-04	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2003	2004
Empresas	1.380.108	1.420.440	40.332	2,8%	26,3%	26,1%
Curto Prazo	542.561	874.613	332.052	38,0%	10,3%	16,1%
M/LPrazo	837.547	545.828	-291.720	-53,4%	16,0%	10,0%
Particulares	3.864.353	4.011.714	147.362	3,7%	73,7%	73,9%
Crédito à Habitação	1.418.791	1.488.193	69.401	4,7%	27,1%	27,4%
Crédito Consumo	2.445.561	2.523.522	77.960	3,1%	46,6%	46,5%
TOTAL	5.244.461	5.432.155	187.694	3,6%	100,0%	100,0%

O quadro do crédito concedido de m/longo prazo por sector de actividade mostra que foram concedidos 2.441 mil contos, contra 1.823 mil contos em 2003 e 2.029 mil contos em 2002. Deste valor 1.143 mil contos, representando 46,8% do total, foram financiados ao sector predial, contra 68,5% em 2003.

Em 2003 os sectores mais financiados para além do Predial tinham sido Transporte, Comércio e Industria. Em 2004 os sectores mais financiados continuam sendo o Predial seguido de Transporte. Digno de destaque é o crescimento de 300% do crédito universitário, tendo

o seu peso passado para 9,3% (3,1% em 2003), demonstrando que o BCA conseguiu nesta área dar resposta a uma necessidade premente do segmento de jovens clientes. É de se referir o valor nulo do crédito ao sector agro-pecuário, devido às dificuldades estruturais dos mesmos.

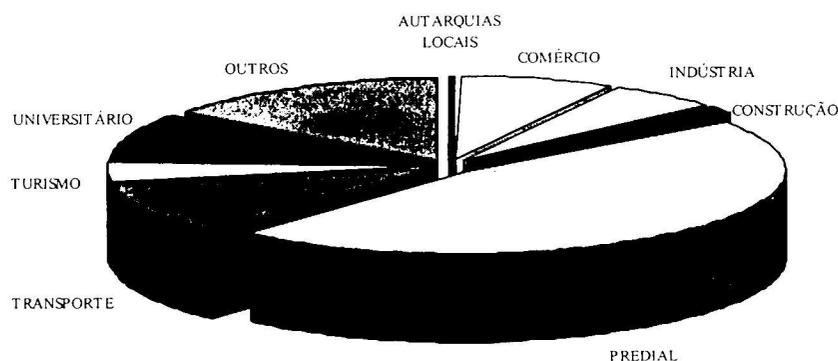
Não obstante ser o sector de maior peso, o sector Predial registou uma diminuição de -8%, reflexo de alguma estagnação económica. No entanto, são de se salientar os acréscimos bastante significativos dos créditos concedidos à Industria, Comércio e Turismo, sectores cruciais para o desenvolvimento do país.

**Créditos Concedidos a Médio/Longo Prazo  
2004/2003/2002**

(Contos)

SECTOR ACTIVIDADE	2002	2003	2004	2004-2003	T.C		PESOS		
					2003	2004	SECT.02	SECT.03	SECT.04
AGROPECUÁRIS	1.600	2.500		-2.500	56%	-100%	0,1%	0,1%	0,0%
AUTARQUIAS LOCAIS	12.148	10.887	10.000	-887	-10%	-8%	0,6%	0,6%	0,4%
COMÉRCIO	242.438	77.324	187.691	110.367	-68%	143%	12,0%	4,2%	7,7%
CONSTRUÇÃO		34.157	36.820	2.663		8%	0,0%	1,9%	1,5%
INDÚSTRIA	63.635	54.403	135.789	81.386	-15%	150%	3,1%	3,0%	5,6%
PESCA	7.250	0	11.537	11.537	-100%		0,4%	0,0%	0,5%
PREDIAL	1.195.286	1.248.816	1.143.300	-105.516	4%	-8%	58,9%	68,5%	46,8%
TRANSPORTE	284.665	215.978	250.356	34.378	-24%	16%	14,0%	11,8%	10,3%
TURISMO	89.218	46.360	91.820	45.460	-48%	98%	4,4%	2,5%	3,8%
UNIVERSITÁRIO	25.043	56.871	227.362	170.491	127%	300%	1,2%	3,1%	9,3%
OUTROS	107.487	75.365	346.448	271.084	-30%	360%	5,3%	4,1%	14,2%
<b>TOTAL</b>	<b>2.028.771</b>	<b>1.822.661</b>	<b>2.441.123</b>	<b>618.463</b>	<b>-10,2%</b>	<b>33,9%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**Crédito Concedido M/L Prazo  
2004**



**4.2.3 - Análise da Carteira de Crédito**

O quadro que se segue dá-nos uma ideia da evolução da carteira do crédito Normal por segmento Particular e Empresas.

**Carteira de Crédito vivo por entidade**

(Contos)

Entidades	Dez-03	Dez-04	Variação		Estrutura	
			Absoluta	Relativa	2003	2004
Empresas	4.561.700	4.543.597	-18.103	-0,4%	33,2%	31,6%
Curto Prazo	1.296.300	1.276.892	-19.408	-1,5%	9,4%	8,9%
M/LPrazo	3.265.400	3.266.705	1.305	0,0%	23,7%	22,8%
Particulares	9.188.500	9.814.100	625.600	6,4%	66,8%	68,4%
Crédito à Habitação	5.929.000	6.394.605	465.605	7,3%	43,1%	44,5%
Crédito Consumo	3.259.500	3.419.495	159.995	4,7%	23,7%	23,8%
<b>TOTAL</b>	<b>13.750.200</b>	<b>14.357.696</b>	<b>607.496</b>	<b>4,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Como consequência directa do aumento do crédito concedido em 3,6%, a carteira de crédito normal cresceu 4,4%, tendo as partes particulares crescido 6,4%, anulando assim o ligeiro decréscimo no segmento empresas de -0,4%. O crédito a particulares aumentou 625,6 mil contos, sendo 465,6 mil contos referentes ao crédito à habitação e 159,9 mil contos a crédito ao consumo, o que corresponde respectivamente a uma taxa de crescimento de 7,3% e 4,7%. O crédito a empresas registou um decréscimo de -18,1 mil contos e -0,4%, fundamentalmente consequência do crédito de curto prazo (-19,4 mil contos e -1,5%). O seu peso no total da carteira passou de 33,2% em 2003 para 31,6% em 2004.

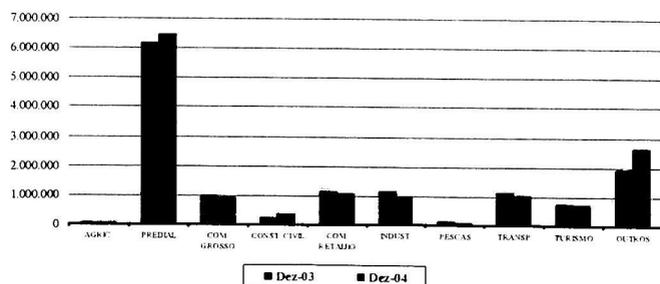
Vejamos em seguida a distribuição da carteira de crédito normal por sectores de actividade.

### Crédito Vivo por Sector de Actividade - Dez-04

CVE

CLASSES SECTORES	VARIACÃO		ABSOLUTA	RELATIVA
	Dez-03	Dez-04		
AGRICULTURA	59.482.073	56.003.608	-3.478.465	-5,8%
PREDIAL	6.190.300.457	6.465.884.200	275.583.743	4,5%
COMERCIO GROSSO	1.007.364.258	928.272.488	-79.091.770	-7,9%
CONSTRUÇÃO CIVIL	251.990.528	383.183.974	131.193.446	52,1%
COMERCIO RETALHO	1.136.318.363	1.049.043.078	-87.275.285	-7,7%
INDUSTRIA	1.152.771.492	983.358.166	-169.413.326	-14,7%
PESCAS	126.099.793	103.103.012	-22.996.781	-18,2%
TRANSPORTES	1.132.376.668	1.039.682.462	-92.694.206	-8,2%
TURISMO	760.771.728	716.671.643	-44.100.085	-5,8%
OUTROS	1.932.832.073	2.632.493.824	699.661.751	36,2%
TOTAL	13.750.307.433	14.357.696.455	607.389.022	4,4%

Crédito Normal pSector Actividade  
Dez 04/03  
(contos)



A análise deste quadro mostra que todos os sectores, à excepção de Outros<sup>1</sup> (36,2% e 699,7 mil contos), Predial (4,5% e 275,6 mil contos) e Construção (52,1% e 131,2 mil contos), viram a sua carteira diminuir, reflexo dos reembolsos do crédito anteriormente concedido, para os mesmos sectores.

Em Anexo (pág.11) é apresentado o quadro da distribuição do crédito vencido por sectores de actividade, o qual registou uma variação global de +4,0% entre final de 2003 e final de 2004. Analisando a percentagem de crédito vencido de cada sector no total da sua própria carteira, verifica-se que os sectores com menor percentagem de crédito vencido na sua carteira são Predial (2,0%), Construção (3,2%) e Turismo (5,7%), apresentando todos os outros sectores taxas de incumprimento superiores à taxa do Banco (9%), com realce para Pescas (39,9%) e Agricultura (26,6%).

Por outro lado, os sectores que continuam a apresentar maiores percentagens de crédito vencido no total do crédito vencido do

<sup>1</sup> Inclui: crédito ao consumo, outros tipos, poupança crédito, melhoramentos, investimento, importação e descoberto em DO.

Banco são a Industria (17,2% e 244 mil contos) e Transportes (16,3% e 231 mil contos) devido a incumprimento de antigos clientes com peso na carteira. Em contrapartida os sectores com menor peso no total do crédito vencido do Banco são a Construção Civil (0,9% e 12 mil contos), Agricultura (1,4% e 20 mil contos), Turismo (3% e 43 mil contos), Pescas (4,8% e 68 mil contos) e Predial (9,1% 129 mil contos).

No final de 2004 o Banco decidiu proceder ao abate de créditos na situação de vencido no montante de 421 mil cts., utilizando como pressupostos operações vencidas classificadas na classe de risco V, integralmente cobertas por provisões específicas para crédito vencido e que não se encontrem cobertas por garantias reais.

O quadro seguinte evidencia a evolução dos Saldos da Carteira Total de Crédito nos últimos três anos.

### Evolução da Carteira de Crédito

(Contos)

Rubricas					TAXA CRESCEMENTO	
	2002	2003	2004	2004/2003	2003/2002	2004/2003
Crédito Vivo	12.430.759	13.750.200	14.357.696	607.496	10,6%	4,4%
Curto Prazo	2.151.700	2.452.900	2.393.661	-59.239	14,0%	-2,4%
M/Longo Prazo	10.278.400	11.296.900	11.964.035	667.135	9,9%	5,9%
Rec. Consignados	659	400	0	-400	-39,3%	-100,0%
Crédito e Juros Vencidos	1.161.600	1.365.200	1.419.831	54.631	17,5%	4,0%
TOTAL	13.592.359	15.115.400	15.777.528	662.128	11,2%	4,4%
Peso M/Lprazo/Crédito Vivo	82,7%	82,2%	83,3%			

A carteira de crédito total cresceu 4,4%, menos que os 11,2% de 2003, devido à diminuição da carteira a curto prazo em 2,4%. A carteira de m/longo prazo cresceu 5,9% e 667 mil contos em relação a 2003. É de se salientar a diminuição do peso de curto prazo no total da carteira, o que contribuiu para o agravamento do rácio de cobertura de responsabilidades até 90 dias.

## 5 - OUTRAS ACTIVIDADES

### 5.1 - Área Internacional

As acções da área Internacional continuaram a incidir no acompanhamento e desenvolvimento das relações com os Correspondentes e outras Instituições e Organismos Internacionais, reflectindo a preocupação sistemática com a melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes e a optimização da rendibilidade da aplicação dos excedentes em divisas e da gestão da posição cambial.

### Relações com os Correspondentes

- O número de correspondentes reduziu de 34 para 33, com o encerramento conta no Banco Totta & Açores - Londres, reduzindo de três para dois o número de correspondentes na praça de Londres.

- Foi aberta conta no Banco do Brasil - (Divisão de Lisboa) que contribui significativamente para o incremento das relações comerciais com aquele país, pelo bom serviço prestado por aquela delegação em Portugal.

- Foi aberta uma conta junto da Agência Central-Sede da Caixa Geral de Depósitos - Lisboa para receber os créditos referentes à cobrança dos Cash Advance trocados em Cabo Verde por turistas e homens de negócios possuidores de cartões Visa Internacional.

### Acordos

- A revisão do acordo de remessas de notas estrangeiras com a Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente a abertura de contas em CHF, GBP e SEK e a utilização das contas já existentes em CAD e USD para receber as notas estrangeiras antes da conversão em EUROS, tem o propósito de melhorar a gestão das remessas de notas

estrangeiras, minimizando assim as perdas em operações cambiais.

- A adesão do BCA ao Sistema de Pagamento Visa, um processo que está enquadrado na adesão global de Cabo Verde a essa Organização Internacional liderada pela SISIP, registou avanços significativos em 2004. Deu-se a 10 de Dezembro a actividade de Acquiring VISA ATM's nas diversas ATM's espalhadas pelo território nacional. Neste momento o BCA está a preparar a emissão do cartão com a marca VISA, nos produtos Electron, Classic, Corporate e Gold.
- Foram aprovados, pelo BEI - Banco Europeu de Investimento, os primeiros contratos para a utilização da linha de crédito global no âmbito do acordo estabelecido para financiamento de projectos de investimentos privados.
- A rede de correspondentes SWIFT continua a aumentar, passando de 113 para 116 e 123, respectivamente em 2002, 2003 e 2004, reflectindo a estabilidade encontrada nesta rede.

#### Visita de Correspondentes e Outros

- Cumprindo o seu programa de visitas anuais, o Citibank efectuou uma missão de serviço para fazer o balanço das suas relações com o BCA.
- O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional visitaram o Banco, no âmbito das suas missões anuais de acompanhamento da situação macroeconómica do país e de análise ao desenvolvimento do sector privado.
- Houve encontros de trabalho com Ex-Im Bank-USA (agência de crédito à exportação oficial dos Estados Unidos) para assinatura de um protocolo abrangendo o MGA (Master Guarantee Agreement).
- No âmbito da selecção de Cabo-Verde para o programa MCA - Millenium Challenge Account houve encontros de trabalho com uma Delegação da MCC.
- Caisse Francaise de Development efectuou uma missão de serviço enquadrada no processo de financiamento aos Municípios de Cabo verde.
- O Natexis Banques Populaires - Paris contactou o Banco com propósito de discutir e analisar oportunidades de negócio.

#### 5.2. - Emigração

O BCA tem vindo a realizar encontros anuais com os emigrantes em férias nas diversas ilhas. Estes anos foram realizados encontros em São Nicolau, São Antão (Ribeira Grande e Porto Novo), São Vicente, Fogo e Brava.

É de se realçar também, que o BCA tem participado em encontros promovidos pelas Câmaras Municipais, juntamente com outras Instituições para prestação de informações, e apresentação de produtos/serviços bancários.

Estes contactos têm-se mostrado bastante importantes, pois o Banco consegue auscultar os problemas e as preocupações que atingem este segmento de cliente e assim encontrar soluções.

#### 5.3. - Gestão Financeira

Continuou-se a trabalhar no sentido de melhorar a qualidade da informação contabilística fornecida aos órgãos de gestão, com maior realce para a manutenção do controle das reconciliações com os bancos correspondentes, dos pagamentos das facturas do banco, das contas do imobilizado e respectivas amortizações, e do pagamento dos impostos.

Ao nível do Planeamento e Controle de Gestão, foi feito um grande esforço para a elaboração atempada das informações de gestão e para a produção de informação estatística e prudencial enviada mensalmente ao Banco de Cabo Verde e à sede da Caixa

Geral de Depósitos, principal accionista do Banco, para efeitos de consolidação.

Quanto aos grandes projectos de 2004, começou-se a implementação e adequação do sistema contabilístico do Banco às Novas Normas Internacionais de Contabilidade e também ao protocolo Basileia II. Neste sentido foram constituídas as equipas de trabalho que durante o ano assistiram à formação sobre Normas Internacionais de Contabilidade - NIC/IAS e Basileia II organizada pela CGD em Lisboa.

#### GESTÃO DE LIQUIDEZ

A gestão da liquidez continuou a ser feita sempre na óptica do cumprimento das responsabilidades e da rentabilização máxima das disponibilidades a curto prazo, com recurso aos mercados financeiros interno e externo, já adoptada em larga medida, em 2003.

A estratégia para a consecução deste objectivo, passou pela identificação correcta das oportunidades de negocio e do rigoroso controlo dos activos líquidos, nomeadamente os saldos das tesourarias das agências, valores em trânsito, créditos a curto prazo, saldos nos correspondentes, aplicações de curto prazo nos correspondentes, e apostou-se na aceleração do processo de transformação em divisas, de notas estrangeiras captadas no país.

Assim, no que toca às responsabilidades a curto prazo, não se registou qualquer caso de incumprimento a nível das Disponibilidades Mínimas de Caixa, os pagamentos sobre o exterior foram sempre atempadamente executados e o fornecimento de numerários às agências não conheceu sobressaltos dignos de realce.

O volume de entradas de divisas no Banco atingiu em 2004 os EUR 236,98 milhões, superior ao valor necessário para cobrir o total de EUR 215,67 milhões das saídas. De referir no entanto a venda ao Banco Central de EUR 17,42 milhões, sem qualquer compra àquela instituição e ainda a venda a outros bancos da praça de EUR 2,9 milhões, o que significa que na realidade o BCA contribuiu em termos líquidos com EUR 21,31 milhões para o aumento do saldo de divisas do país.

Em 2003 o volume de entradas de divisas no Banco tinha atingido os EUR 214,55 milhões para um total de saídas de EUR 201,96 milhões. Porém, naquele ano tinha-se vendido ao BCV EUR 18,69 milhões e comprado à mesma instituição EUR 5,5 milhões, o que tinha representado uma contribuição líquida do BCA de EUR 12,59 milhões para o aumento do saldo de divisas do país.

Em relação ao ano transacto é de assinalar ainda um acréscimo de 10,46% das entradas de divisas contra um acréscimo de 6,81% das saídas, o que representa um saldo líquido de acréscimo de EUR 8,73 milhões.

No que concerne à rentabilização dos excedentes de liquidez continuou-se a apostar basicamente na combinação das oportunidades dos mercados monetários interno e externo, nomeadamente mercado primário de Bilhetes do Tesouro, Mercado Interbancário Nacional e aplicações de curto prazo nos Correspondentes. O quadro seguinte ilustra os ganhos obtidos em cada um destes mercados nos últimos dois anos.

Em contos

Anos	Juros Aplicações								
	2003			2004			Variação %		
	Rec	Pagos	Líquido	Rec	Pagos	Líquido	Rec	Pagos	Líquido
Mercado Mon. Nacional	165.309	17.057	148.252	207.946	14.493	193.453	25,79	-15,03	30,49
BT's	158.313	16.153	142.160	200.365	14.375	185.990	26,56	-11,01	30,83
Aplicações BCV	5.672	904	4.768	1.971	49	1.922	-65,25	-94,58	-59,69
Aplic. Outros Bancos	1.324	0	1.324	5.610	69	5.541	323,72	0,00	318,50
Aplicações nos Corres.	18.293	117	18.176	15.954	20	15.934	-12,79	-82,91	-12,33
TOTAL	183.602	17.174	166.428	223.900	14.513	209.387	21,95	-15,49	25,81

Conforme se pode constatar conseguiu-se manter os ganhos globais do Mercado Monetário acima dos valores de 2003, embora as taxas de juro tivessem diminuído no mercado internacional e nacional. De 183,60 mil contos em 2003 subiu para 223,90 mil contos em 2004, representando um aumento de 21,95%.

Este resultado explica-se pelo aumento da Taxa Média Ponderada registado na aplicação de fundos em Bilhetes de Tesouro, de 5,92% em 2003 para 6,35% em 2004, fazendo com que se registasse um acréscimo de 26,56% a nível de juros ganhos. As Taxas para aplicação de fundos em Bilhetes de Tesouro mantiveram-se bastante acima das praticadas no mercado monetário internacional. Foram aplicados em BT's 8,033 milhões de contos contra 8,597 milhões de contos em 2003, representando uma diminuição de 6,56%.

No mercado secundário de títulos registou-se um aumento de subscrições na ordem dos 47,7%. O montante colocado foi de 907,4 mil contos, o que representa 11,3% do subscrito no mercado primário, tendo sido pago o montante de 14,38 mil contos de juros, correspondente a 7,18% dos juros ganhos no mercado primário. Assim, o valor líquido dos juros ganhos na aplicação em Bilhetes do Tesouro foi de 185,99 mil contos, mais 30,83% (43,83 mil contos) que o ano transacto.

O Mercado de Bilhetes do Tesouro continua a ser a principal e mais vantajosa oportunidade de aplicação financeira, pelo que houve uma redução do volume de aplicação nos Correspondentes. Quanto ao Mercado Interbancário Nacional houve uma redução no volume de aplicação no Banco Central e um ligeiro aumento de aplicação junto de outros bancos da praça.

A Taxa Média Ponderada das aplicações em Euros no mercado internacional caiu em média 0,26%, o que contribuiu para uma diminuição dos juros ganhos em 12,79% (18,29 mil contos em 2003 para 15,95 mil contos em 2004).

As taxas de absorção e de cedência de liquidez do Banco Central, mantiveram em 1,0% e 8,5%, respectivamente.

A partir de 19 Dezembro, o Coeficiente a aplicar à base de incidência para a definição das Disponibilidades Mínimas de Caixa passou de 19% para 18%, o que significou para o BCA a disponibilização, em média, de 300 mil contos em Depósitos à Ordem no BCV.

De referir no entanto o aumento em 323,72% dos juros obtidos com aplicações em outros Bancos da Praça, representando um ganho de 5,61 contos em 2004, mais 4,29 contos que no ano anterior.

A gestão dos riscos cambiais mereceu uma atenção muito especial dada a grande instabilidade cambial que caracterizou as principais moedas no mercado internacional, particularmente o dólar americano que sofreu uma desvalorização de cerca de 8% entre Dezembro 2003 e Dezembro 2004. Conseguiu-se controlar a situação e inclusive acumular um ganho de 126,84 mil contos (45 mil contos em 2003).

O Banco Central comunicou a 25 de Novembro a liberalização das taxas de câmbio de divisas, permitindo a cada instituição, livremente, fixar as margens a adicionar às referidas taxas indicativas publicadas diariamente.

#### 5.4. - Organização

Nesta área os trabalhos incidiram principalmente na emissão de normas, elaboração de impressos, apoio aos utilizadores e pontualmente resposta às solicitações dos outros Órgãos do Banco e participação em estudos para melhoria de procedimentos e circuitos. Neste âmbito, em colaboração com a DSO, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Avaliação da situação na Agência dos Mosteiros e S. Filipe no que se refere a reparações estruturais e adequação de lay-out, respectivamente.
- Trabalhos de preparação do arranque das Agências da Achada de Stº António II (ASTII) e BCAEmpresas;
- Acções de formação de colaboradores do Quadro de Pessoal da ASTII e na maioria das Agências do BCA, na DCS e UTA Sul;

- Trabalhos preparatórios de montagem de postos de atendimento em fóruns e feiras;
- Trabalhos preparatórios para a implementação da INTRANET;
- Acompanhamento dos testes na APA sobre a implementação do webscoring, com vista a ajustar os suportes de recolha de dados;
- Encontros de trabalho sobre os normativos de Segurança no BCA;
- Elaboração de documentos normativos, com destaque para as seguintes áreas do relacionamento com clientes, da Internet - BCA Directo, da rede comercial de Agências, dos normativos de crédito, do preçário, na recolha e suportes de informação. Estes novos documentos visam a melhoria dos canais de relacionamento com clientes, o Aperfeiçoamento do BCADirecto, a criação de novas Agências e reclassificação das existentes; a Integração e actualização das normas do crédito, com vista a facilitar a sua consulta, melhorar os procedimentos e o controlo das operações, da implementação das decisões e da organização dos processos, o estabelecimento de linhas de crédito, com base em protocolos assinados com clientes, a definição de quadros de negociação, tendo como objectivo uma aplicação mais dinâmica do preçário, e, por último, visam dar resposta às necessidades impostas pelo arranque do BCAEmpresas, e melhorar o funcionamento e controlo dos processos de aquisição de bens/serviços e pagamento de facturas.

#### 5.5. Informática

Ao longo de 2004 desenvolveram-se as seguintes actividades:

- Passagem dos ATM's da SISF para a nossa rede de comunicações com a redução total e imediata dos custos com comunicações;
- Início da passagem dos dados do sistema antigo, Hardware (já descontinuado) para o AS/400, com os ganhos óbvios a nível de facilidade de acesso e segurança;
- Instalação de impressoras de rede nas Agências mais expressivas, com ganhos imediatos em termos de poupança de consumíveis, rapidez e melhoria na qualidade da impressão.
- Participação activa na transferência dos Serviços Centrais do BCA para a nova sede. Liderança na validação técnica de todo o processo relacionado com a rede de dados eléctrica, sistema de segurança CCTV, central telefónica;
- Instalação das antenas wireless entre o edifício Sede e Plateau garantindo assim o backup entre Plateau e a nova Sede em Chã d'areia;
- Instalação do módulo SMS para gestão do parque informático, inventariação automática do hardware e Software
- Foi concluído com êxito a reestruturação da rede de dados do BCA, incluindo a substituição da plataforma de software dos Pc's, nova cablagem, substituição da Token Ring pela Ethernet, implementação do correio electrónico e active directory, possibilitando entre outras funcionalidades, a disponibilização da Internet de uma forma segura e controlada.
- Alteração do circuito dedicado Praia - S. Vicente para 128 Kbps, traduzindo-se numa maior velocidade de transmissão, estando neste momento a agência do BI e uma unidade da Garantia em SV a utilizar este circuito, permitindo uma redução de custos a nível do Grupo CGDCV. O Mesmo acontece com os circuitos de Assomado, Espargos e St. Maria

- Instalação em ambiente de testes do Software Webscoring para particulares. Agencia do Plateau como Balcão Piloto
- Integração da Garantia no AS/400 de produção, libertando o antigo AS/400 desta empresa para ser a máquina de backup do Grupo localizado em centro de informática alternativo
- Início do projecto "relógio de Ponto". Instalação dos servidores e de alguns relógios em ambiente de teste. Projecto conjunto BCAXGarantia
- Instalação do ISA com as seguintes vantagens: controle de acesso aos sites, quem pode aceder, download's etc. Aumenta também o nível de segurança quanto ao acesso do exterior.
- Início do projecto da criação da intranet do BCA. Adjudicação da empresa seleccionada e definição do projecto, layout e conteúdos.
- Início do projecto de Workflow de crédito. Escolhida a parceira para o referido projecto.

**5.6. - Recursos Humanos**

As actividades nesta área continuaram a ser marcadas pelos desafios da modernização dos instrumentos de gestão dos recursos humanos, que se traduziram no acompanhamento da elaboração e sistematização de um sistema integrado de gestão abrangendo os estatutos do pessoal e demais instrumentos como sejam: plano de funções, plano de carreiras, plano de competências, sistema de retribuições, sistema de avaliação de desempenho e aconselhamento, e o sistema de formação e desenvolvimento, cuja aprovação e implementação inicialmente previstos para 2004 não foi possível, tendo sido aprazado para o ano de 2005.

Em termos do quadro do pessoal, na sequência de dois processos de selecção e recrutamento de jovens quadros, atingiu-se no final do ano um total de 384 trabalhadores no activo, sendo 321 do quadro permanente, com a consequente redução para 63 o número de pessoal contratado por tempo determinado, representando um aumento de mais 6 trabalhadores no activo em relação ao ano transacto, bem como um total de 100 inactivos, mais dois que em 2003, como se pode constatar no quadro seguinte:

**TRABALHADORES EM 2004**

	ACTIVO		INACTIVOS	
	2003	2004	2003	2004
Quadro Permanente	289	321	Aposentados	38 41
Contratados a Prazo	89	63	Pré-Reforma	43 41
			Desvinculados/Indemnizados	7 9
			Comissão Serviço	4 2
			Licença	6 7
<b>TOTAL</b>	<b>378</b>	<b>384</b>	<b>TOTAL</b>	<b>98 100</b>

Quanto ao género, as mulheres representam 59,8% e os homens 40,2% do total de trabalhadores. Em termos de estrutura etária a média geral é de 39 anos, sendo que 45,5% dos trabalhadores encontram-se nas faixas etárias entre os 18 e os 39 anos e 24,4% entre os 40 e os 44 anos, e apenas 29,6% têm mais de 45 anos de idade, o que é reflexo de todo o esforço de rejuvenescimento da força laboral nos últimos três anos.

Em termos de distribuição por Grupos Funcionais, constata-se que 18,0% dos trabalhadores estão em cargos de Direcção e Chefia/Gerência, 48% no grupo funcional Técnico, 8,3% no grupo funcional Administrativo, e 25,4% no grupo funcional Auxiliar.

As habilitações académicas continuaram a melhorar, apresentando 32,9% do efectivo formação de nível superior técnico profissional, politécnico, e universitário, 37,9% formação de nível secundário, e 29% inferior ao ensino secundário (Vide quadro):

**HABILITAÇÃO LITERÁRIA**

	2003		2004	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	123	32,54%	114	29,01%
Ensino Secundário	137	36,24%	149	37,91%
Ensino Técnico Profissional	42	11,11%	42	10,69%
Ensino Superior Politécnico	15	3,97%	13	3,31%
Ensino Superior Universitário	61	16,14%	75	19,08%
<b>TOTAL</b>	<b>378</b>	<b>100%</b>	<b>393</b>	<b>100%</b>

No que refere à antiguidade, 13,4% do efectivo tem entre 1 e 3 anos de serviço, o que demonstra mais uma vez a política de rejuvenescimento que vem sendo implementada. O grosso dos efectivos, representando 61% do total, tem entre 3 e 20 anos de serviço, o que conjuga a experiência com a garantia de continuidade. Com mais de 20 anos de serviço encontram-se apenas 19,4% do efectivo.

**FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**

Durante o ano tiveram lugar 15 acções de formação, sendo 9 no país e 6 no exterior. Das 9 acções realizadas no país, 3 foram intra-empresa e 6 out-empresa, perfazendo 357 horas lectivas que beneficiaram um total de 72 trabalhadores.

Estas acções de formação e capacitação profissional foram financeiramente apoiadas total ou parcialmente pelo Banco em quase 6 mil contos. De se referir que o resultado reflecte em partes a implementação da deliberação emitida em finais de 2003 que assegura a comparticipação até 50% do valor da propina mensal aos colaboradores do Banco.

Além de formação em áreas bancárias específicas, o Banco promoveu um curso de inglês no qual participaram 15 trabalhadores e duas acções de formação fora do país, sendo uma em concepção e Organização do Plano de Formação e Avaliação dos Resultados da Formação e outra em Enquadramento Jurídico do Mercado de Trabalho com um técnico cada.

**APOIO SOCIAL AOS TRABALHADORES**

Ao longo do ano os trabalhadores efectivos do quadro permanente no activo e reformados, bem como os seus agregados familiares beneficiaram de 724 exames clínicos de diagnóstico e 465 consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de 119 próteses oculares, auditivas e/ou estomatológicas, 50 tratamentos de enfermaria e 5 internamentos hospitalares nos hospitais nacionais.

Foram ainda emitidas credenciais para consultas e exames de diagnóstico complementar no âmbito do protocolo com os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal, bem como autorizações para a realização de intervenções cirúrgicas.

O custo total com a assistência médica e medicamentosa, incluindo os advenientes da manutenção de protocolos de prestação de cuidados de saúde com algumas clínicas e especialistas privados, atinge o montante global de 34,5 mil contos, o que representa um aumento comparativamente ao ano anterior de 13,3 mil contos contrariando a tendência de diminuição que se verificava nos anteriores dois anos.

Foram concedidos créditos para aquisição ou construção de habitação própria permanente, crédito corrente, crédito à educação e às chefias para aquisição de viaturas, beneficiando cerca de ¼ dos trabalhadores. Trata-se de um importante apoio ao bem-estar e estímulo aos quadros do Banco, na óptica da complementaridade ao salário atribuído.

**OUTRAS ACTIVIDADES RELEVANTES**

- Actualização do cadastro individual de todos os trabalhadores e seus agregados familiares.

- Coordenação de processos de concurso, selecção e recrutamento e integração de novos quadros para o Banco (serviços centrais e agências).
- Organização de processos de desvinculação por mútuo acordo e de passagem à situação de reforma.
- Realização de um inquérito sobre o nível de satisfação dos trabalhadores na carreira em que se encontram enquadrados.
- Elaboração de uma proposta tendente a disciplinar a programação, realização e facturação de trabalho extraordinário.
- Início da instalação de um novo sistema automático de controlo de presença e assiduidade.
- Sistematização de informação estatística para o Estudo Actuarial e Fundo de Pensões.

### 5.7. - Auditoria e Inspecção

Durante o ano foram efectuadas acções de auditoria a várias Agências. Efectuou-se também auditorias a distância, para que o acompanhamento da actividade comercial seja feito de forma permanente, com as evidentes vantagens em termos de controlo.

Durante o ano de 2004 foram efectuadas várias actividades de que se destacam:

- 7 (sete) acções de auditoria global e 4 (quatro) acções de auditoria parciais por todas as regiões do país. Uma a Serviços Centrais do Banco.

Auditorias à distância de algumas operações efectuadas pelas Agências;

- Análise de actas de crédito concedido;
- Conferência de alguns balancetes analíticos das Agências;
- Análise de descobertos em depósitos à ordem;
- Análise e acompanhamento de diferenças de caixa nos vários balcões e acções visando a sua regularização;
- Análise de reclamações de clientes; e
- Realização de vários inquéritos e averiguações tendo sido apresentados à Comissão Executiva os respectivos relatórios estando alguns sob forma de informação e outros sob forma de parecer.

Para além disso o GAI:

- Participou na transmissão de gerência de Agências;
- Participação nos trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Comercial;
- Propôs e/ou remeteu, de acordo com o regulamento processos a autoridades nacionais para os efeitos necessários e devidos, quer no cumprimento da legislação nacional e específica quer no âmbito das funções que cabem ao GAI;
- Acompanhou e apoiou a implementação de algumas medidas recomendadas em alguns dos relatórios de acções de auditoria realizadas;
- Acompanhou, uma equipa de inspecção do BCV ao BCA na sua visita de rotina, durante o ano.

### 5.8. - Investimentos

Com o objectivo de servir cada vez melhor os seus clientes, oferecendo-lhes maior comodidade e rapidez na realização das suas operações, o BCA inaugurou os seguintes espaços:

- Em Março 04, a Agência Achada Santo António II, na cidade da Praia

- Em Junho (07) a Agência BCA Empresas, na cidade da Praia em Chã de Areia,
- Uma agência exclusivamente direccionada para empresas e empresários, dispo de um serviço personalizado e diferenciado, com profissionais preparados para responder rapidamente, com soluções financeiras adequadas a cada situação e à medida de cada cliente (Gestores de clientes).
- Em Junho (07) a Sede do Grupo BCA, Garantia e a Promotora, para além da Mediateca-Pólo da Praia.
- Em Junho (25/06), a Agência de Rua Lisboa em São Vicente, após grandes obras de remodelação
- Em Setembro (06) as Novas Instalações da Agência do Plateau na Praia

Durante o ano de 2004 foram feitos Investimentos no valor de 383,3 mil contos, sendo 40,8 mil contos em Imobilizado Incorpóreo e 204,5 mil contos em Imobilizado Corpóreo.

Para actualização dos diversos softwares em todo o parque informático, as aquisições a nível de informática ascenderam o montante de 59 mil contos. Para garantir maior segurança às instalações do BCA foram adquiridos equipamentos de segurança no valor de 4 mil contos.

### 5.9. - Outras Realizações

Durante o ano de 2004, a DMP prosseguiu o esforço de melhoria dos índices de performance alcançado praticamente em todos os aspectos das actividades a que se propôs desenvolver, de modo a garantir ao Banco uma permanente competitividade no mercado em que se integra.

Deste modo, realizou várias acções necessárias para manter o posicionamento do BCA como Banco moderno e inovador, designadamente em termos de lançamentos de novos serviços.

Reforçou a imagem dos produtos existentes, lançou novos produtos e serviços, introduziu novas melhorias na comunicação com o cliente.

#### Criação de Produtos/Serviços

BCA Empresas - Quanto à Inovação o destaque vai para a Criação do BCA Empresas, único balcão especializado existente no País, cujo objectivo é garantir um apoio financeiro especializado e um atendimento exclusivo a empresas e empresários

Criação Linha de Crédito BCA //(Tecnivil - Elaboração do 1º Protocolo entre BCA Tecnivil e de fichas técnicas ( aquisição apartamentos Ondas do Mar e Miramar)

Numismática - Criação e concepção de embalagens personalizadas para as colecções Aves, Barcos e Plantas e concepção de mailling distribuído junto de potenciais clientes

#### Melhoria de Produtos existentes

##### Site Institucional e BCADIRECTO

Estes dois produtos têm permitido ao BCA reduzir a distância entre o Banco e os seus clientes, especialmente os não - residentes e melhorar a comunicação.

As melhorias introduzidas no BCA Directo têm vindo a permitir ao Banco ter uma nova abordagem junto do cliente, isto é, uma melhor adequação às reais necessidades.

#### Manutenção do Site

Trata-se de um trabalho contínuo que consiste na recolha, tratamento e introdução de novas informações.

A manutenção centrou-se, sobretudo, no acompanhamento do BCADIRECTO com a criação de novos estímulos, em termos de imagens e informações úteis dirigidos aos utilizadores do website;

Com o objectivo de disponibilizar mais e melhores informações, incentivar a poupança e aumentar a carteira de depósitos do Banco, a DMP desenvolveu acções direccionadas especificamente para cada segmento proposto, designadamente Emigrantes e Jovens.

Quanto à inovação de produtos, destaque para as novas funcionalidades do Internet banking. No tocante à imagem e a prestação de serviços de informação ao cliente e a criação e divulgação de informação sobre a nova forma de entrar no BCADIRECTO para além da realização de encontros de trabalho com a Secção de Canais Electrónicos visando a melhoria da prestação do serviço de apoio ao cliente BCA Directo.

No respeitante ao rejuvenescimento de produtos existentes foram efectuados várias acções designadamente campanhas promocionais, concepção de cartazes e folhetos informativos para produtos tradicionais. São de destacar as campanhas quanto a Poupança Jovem junto do segmento alvo de forma a permitir o prolongamento do ciclo de vida do produto e da Poupança Emigrante com a realização da campanha verão emigrante e atribuição de prémios aos vencedores dos sorteios. Neste âmbito foram desenvolvidas acções como produção do mailling, elaboração do regulamento, concepção de textos publicitários para as Rádios e de maquetes para os jornais, etc.

Outras actividades desenvolvidas:

- Concepção do cartão BCA Empresas
- Concepção de maquetes para os cartões Visa, Visa Electron e Gold

No âmbito do objectivo do BCA de melhorar a sua imagem junto da Sociedade, aproximar-se cada vez mais de todos os seus clientes e de desenvolver a sua vertente social, foram levadas a cabo várias actividades, com destaque para as seguintes:

#### **Ações para Melhoria da Imagem das Agências**

- O BCA deu continuidade à colocação de Suportes para Cartazes e para Tabelas de Taxas de Juros e Comissões praticadas nas diversas Operações Bancárias;
- Aquisição de suportes para canetas e Escrivadinhas para os clientes.
- Instalação de um sistema de marcação de atendimento Electrónico na Agência da Praia, de modo a melhorar o atendimento público.

#### **Participação em Feiras**

O BCA participou nas duas Feiras realizadas na cidade da Praia: 2ª Feira da Macaronésia em Julho e a 8ª Feira Internacional de Cabo Verde em Dezembro.

A participação do Banco foi muito importante nestas feiras, pois permitiu mais uma vez estabelecer contactos com operadores nacionais e estrangeiros de uma forma mais directa e aprofundada.

#### **Apoio ao Poder Local**

À semelhança dos anos anteriores, foram concedidos apoios financeiros aos diversos Municípios para a realização de actividades culturais e desportivas, o que tem contribuído positivamente para reforçar a presença do BCA junto dos clientes, nomeadamente os emigrantes.

#### **Publicidade e Promoção**

No que concerne a estas rubricas, o BCA tem levado a cabo algumas acções que visam promover os seus produtos, nomeadamente:

- Criação da imagem do BCA Empresas;
- Lançamento da Campanha BCA Empresas;
- Sorteio Verão Emigrante, para os detentores de Conta Poupança Emigrante com maior saldo;

- Sorteio para a Atribuição do Nome à Abelhinha Poupadora, no âmbito do relançamento da conta Poupança Jovem;
- Realização do Concurso para o 1º Bebê do dia 31 de Outubro, no âmbito das festividades do Dia Mundial da Poupança ao nível do país;
- Manutenção da presença prolongada do BCA em alguns meios de grande alcance, como na Revista de Bordo «A Fragata», nas listas telefónicas e de fax e no Anuário 2004/5;
- Inserção de uma Publicidade na Revista da Ordem dos Médicos (BCA Empresas) e no Suplemento do Jornal de Negócios;
- Realização e divulgação de um Spot Publicitário alusivo ao Natal;
- Elaboração e Concepção de materiais informativos diversos, nomeadamente Folheto «Informações para Emigrantes» para colocação na CGD; Folheto «Transferências para Cabo Verde»; Diversos folhetos para campanhas realizadas e serviços lançados.

#### **Área Comercial**

O BCA e a Tecnical-Sociedade Imobiliária, assinaram um Protocolo referente às condições especiais de financiamento a clientes interessados na aquisição de fracções habitacionais nos edifícios «Copacabana» e «Miramar» localizados, o primeiro em São Vicente e o segundo na cidade da Praia.

#### **Apoios e Patrocínios**

Para além de todas as actividades atrás mencionadas, foram concedidos vários apoios e patrocínios, dos quais destacamos:

#### **Área Cultural**

- Apoio na publicação do livro «Estatuto Jurídico-Constitucional do Chefe de Estado» – um estudo comparado do Sr Dr. Aristides Lima, Presidente da Assembleia Nacional;
- Apoio ao Instituto Superior de Educação na publicação da Revista «ANAIS»;
- Atribuição do prémio «Melhor Música» de Carnaval, por ocasião dos festejos do Carnaval em São Vicente;
- Apoio à cantora Celina Pereira na edição de um áudio-livro «Estória, Estória do tambor a Blimundo» para crianças;
- Apoio ao artista e escritor Carlos Alberto Barbosa no lançamento da obra «Cântico às Tradições»;
- Apoio ao escritor Daniel Pereira na reedição da sua obra «Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII»;
- Apoio à escritora Adriana Carvalho no lançamento da obra «O Objecto e a Escrita»;
- Apoio ao Senhor Tiago Estrela no lançamento da obra «O Mar nos Selos Postais da Republica de Cabo Verde»;
- Patrocínio ao Projecto Cabo Verde no Funchal-Madeira, onde estiveram presentes figuras da nossa cultura, como Kiki Lima e Mayra Andrade;
- Participação no espectáculo de Homenagem a Ildo Lobo na Ilha do Sal;
- Apoio à Associação Mindelact para o Festival de Teatro em S.Vicente.

#### **Música, Dança e Festivais Musicais**

Nestas áreas podemos destacar os seguintes apoios:

- Apoio ao Grupo de dança Raiz di Polon na sua digressão ao Brasil, para participar no Fórum Cultural Mundial;

- Apoio ao grupo Musical «Ferro Gaita» na digressão à Holanda e França
- Apoio ao Centro Cultural Português para a realização do Concerto do fadista Victor de Almeida e Silva, por ocasião do Dia de Camões

Apoio aos seguintes Festivais Musicais:

- Festival da Baía das Gatas-Mindelo
- Festival da Gambôa - Praia
- Santa Maria - Ilha do Sal
- Festival de Praia da Cruz - Boavista
- Festival Rotcha Bicthe - Ilha do Maio

#### Desporto

- Apoio à Comissão Nacional de Ginástica para participar no Torneio de Ginástica Rítmica em Funchal - Madeira;
- Apoio ao Clube Futebol Veteranos da Praia no XIII Torneio Internacional de Futebol Veterano;
- Apoio à Federação Cabo-verdiana de Futebol na deslocação da Selecção Nacional à África do Sul;
- Apoio ao grupo Cabo 10 do Consulado de Cabo Verde em Roterdão para a equipa de Basquetebol na sua deslocação a Cabo Verde;
- Apoio ao Consulado de Cabo Verde em Espanha para II Mundialito de Futebol da Imigração e Solidariedade;
- Apoio à Associação Desportiva e Cultural dos Empregados do BCA/Santiago na aquisição de equipamentos para as diversas equipas de modo a representarem a nossa Instituição de uma forma digna;
- Patrocínio ao Comité Cabo-verdiano de Desporto para Deficientes, para participarem nos Jogos Para-Olímpicos de Atenas 2004;
- Renovação do Protocolo de cooperação com a Federação Cabo-verdiana de Basquetebol na sequência do apoio sistemático a esta modalidade.

Foram realizadas várias actividades desportivas por ocasião do XI Aniversário do BCA, nomeadamente Futebol de Salão, Open de Ténis, Torneio de Golfe e Basquetball Feminino e Masculino.

#### Educação

- Apoio para a realização do Fórum Federação Cabo-verdiana dos Estudantes Secundários
- Apoio ao ISCEE-Instituto Superior das Ciências Empresariais na implementação do Curso de Mestrado

#### Área Social

No âmbito da sua política social, o BCA tem vindo a apoiar diversas organizações, de modo a contribuir para a minimização dos males sociais. Assim podemos enumerar os seguintes apoios:

- Apoio à Associação e Deficientes Auditivos, para aquisição de próteses auditivas para uma criança;
- Apoio à Fundação Amílcar Cabral para a confecção de Kits para o Fórum Internacional Amílcar Cabral;
- Apoio às XXX Jornadas Médicas das Ilhas Atlânticas realizadas em S.Vicente;
- Apoio ao Instituto das Comunidades na realização do Fórum sobre o Movimento Associativo na Diáspora;
- Apoio ao Instituto das Comunidades para a organização do 1º Encontro dos Órgãos de Comunicação Social da Diáspora;

- Patrocínio à Fundação Amílcar Cabral para o Simposium Internacional Amílcar Cabral;
- Patrocínio à Associação Cabo-verdiana de Mulheres Juristas - AMJ para a reunião Anual da Federação Internacional das Mulheres Jurídicas em Milão -Itália;
- Patrocínio à MARKA- Associação Cabo-verdiana de profissionais de Marketing para a 6ª Assembleia Geral da Confederação da Publicidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP;
- Renovação da Assinatura do protocolo do Lar Rotary, para atribuição de cinco bolsas de Estudo a alunos carenciados;
- Apoio à Operação Carinho para o projecto «Meninos de Rua e na Rua» através de um subsídio de alimentação anual;
- Apoio ao programa Teletom - para a Associação de Deficientes;
- Apoio à Operação Solidariedade e Acção em São Tomé, destinado aos emigrantes cabo-verdianos em São Tomé.

## 6 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 6.1 - Balanço

O Activo Líquido cresceu 6,4%, passando de 40,2 milhões de contos em Dezembro de 2003 para 42,8 milhões de contos em Dezembro de 2004, consequência das variações positivas registadas no Activo Realizável, e em menor parte no Activo Disponível.

O acréscimo do Activo Disponível é consequência do aumento de 100,6 mil contos na rubrica Caixa e de 141,2 mil contos nas Disponibilidades à vista s/ IC, resultado de uma evolução significativa na rubrica Cheques e Valores a Cobrar de 436,7 mil contos, contra uma diminuição de -194 mil contos nos Depósitos no Banco Central, efeito da diminuição do Coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa de 19% para 18%.

O Activo Realizável cresceu, consequência do aumento de 18,6% (1,3 milhões de contos) na carteira de Títulos, de 4,4% (662 mil contos) na carteira de Créditos s/ Clientes e 9% (62,1 mil contos) nas Aplicações em I.C's no Estrangeiro.

O crescimento em relação a Dezembro 2003 ocorrido na carteira de títulos deve-se aos aumentos, quer na carteira de Bilhetes de Tesouro quer na carteira de Obrigações do Tesouro.

A carteira de Crédito Vivo cresceu 4,4% (607,5 mil contos), consequência do acréscimo de 6,4% (625,6 mil contos) no Crédito a Particulares, contra uma ligeira diminuição de -0,4% (18,1 mil contos) no Crédito às Empresas, essencialmente no segmento de curto prazo com -1,5% e -19,4 mil contos. No Crédito a Particulares destaca-se o crédito à Habitação com crescimento de 7,3% (465,6 mil contos).

O crédito Vencido passou de 1,37 milhões de contos em Dezembro de 2003 para 1,42 milhões de contos em Dezembro de 2004, assinalando um aumento de 4,0%, equivalente a 54,6 mil contos e representou 9% do crédito total. Apesar do aumento no crédito vencido, as Provisões para Crédito Vencido diminuíram 7,5% (-122,8 mil contos).

No final de 2004 o Banco decidiu proceder ao abate ao activo de créditos na situação de vencido no montante de 421 mil cts., utilizando como pressupostos operações vencidas classificadas na classe de risco V, integralmente cobertas por provisões específicas para crédito vencido e que não se encontrem cobertas por garantias reais. Estes créditos encontram registados em conta extra patrimonial.

O Imobilizado Líquido aumentou 2,6% (198,2 mil contos) devido aos acréscimos de 20,1% (188,8 mil contos) no Imobilizado Corpóreo e 8,9% (9,4 mil contos) no Incorpóreo, reflectindo a política de investimentos na modernização do Banco, não só ao nível das

instalações, nomeadamente obras com a Sede do Grupo, Agência da Praia e Agência de S.Vicente, bem como ao nível da informática e de comunicações.

O Passivo Exigível cifrou-se em 41 milhões de contos, o que traduz um crescimento de 6,9% (2,6 milhões de contos) em relação a 2003. Este crescimento é explicado fundamentalmente pelo acréscimo registado nos Depósitos de Clientes em 7,2% equivalente a 2,5 milhões de contos.

Os Depósitos de Clientes, cujo saldo se elevou a 37,1 milhões de contos contra 34,6 milhões de contos, revelou-se em todas as componentes, sendo de destacar 37,2% (449,5 mil contos) nos Depósitos de Poupança. Os Depósitos a Prazo e os Depósitos à Ordem cresceram 8,3% (1,6 milhões de contos) e 3,2% (449,7 milhões de contos) respectivamente. Os Depósitos representam 86,3% do Activo.

As Provisões para Riscos e Encargos tiveram um acréscimo geral de 9,2% (191,5 mil contos) devido ao efeito conjugado, por um lado, dos aumentos nas Provisões para Pensões e Encargos Similares<sup>1</sup> em 329 mil contos. De se registar também a diminuição na rubrica Outras Provisões<sup>2</sup> na ordem dos 137,5 mil contos, diminuição essa justificada pela transferência destas rubricas para o Fundo de Pensões. As Provisões para Riscos Gerais de Créditos aumentaram em 13 mil contos, por via do crescimento na Carteira de Crédito.

Os Capitais Próprios tiveram um decréscimo de 2,9%, 52,6 mil contos, essencialmente devido à diminuição no resultado Líquido em -195,5 mil contos, apesar do aumento ocorrido nas reservas que passaram de 398 mil contos em Dezembro de 2003 para 541 mil contos em Dezembro de 2004, em consequência da afectação de resultados do exercício de 2003.

**6.2 – Conta de Resultados**

A Margem Financeira, ascendendo a 973,7 mil contos, ultrapassou em 26,5% (204,2 mil contos) o montante registado em igual período do ano transacto. Este crescimento deve-se ao expressivo aumento da Margem Financeira c/Clientes em 92,0% (166,4 mil contos) paralelamente ao ligeiro aumento de 9,7% (52 mil contos) na Margem Financeira c/ Carteira de Títulos, o que mais que compensou a redução registada na Margem Financeira Tesouraria/IC's (-38,4% e -6 mil contos). De salientar que a Margem Financeira Tesouraria/IC's teve evolução negativa devido ao facto do grosso das aplicações terem sido feitas em EUR, cuja taxa média ponderada diminuiu de 2,28% em Dezembro de 2003 para 2,02% em Dezembro de 2004, apesar do aumento da taxa média ponderada das aplicações em USD, de 1,02% em Dezembro 2003 para 1,44% em Dezembro 2004. Pelo contrário, o aumento na Margem Financeira c/ Carteira de Títulos deve-se, por um lado, ao aumento da taxa média ponderada dos Bilhetes de Tesouro, que passou de 5,92% em Dezembro 2003 para 6,35% em Dezembro 2004, e por outro ao aumento no volume transaccionado.

O aumento na Margem Financeira c/ Clientes resultou da conjugação do aumento dos Juros de Crédito em 5,2% (81,4 mil contos) com a redução dos Juros e Custos Equiparados em -5,9% (-81,8 mil contos). O crescimento dos Juros de Crédito é resultado da evolução positiva da carteira de crédito pelo efeito volume nos proveitos, enquanto que a redução dos Juros e Custos Equiparados, paralelamente ao aumento da carteira de Depósitos, deve-se à redução das taxas passivas ocorridas em 2003 cujo efeito ainda se sente em 2004, em virtude das renovações dos depósitos.

A Margem Complementar registou um decréscimo de 6,2% (55,7 mil contos), efeito da diminuição no Rendimento de Títulos, em virtude da remuneração dos TCMF's em 2004 à taxa de 2,9%. Comparada com taxa em 2003 que foi de 5,18%, representa uma quebra dos resultados em 146,7 mil contos, não obstante a evolução extremamente positiva no Resultado de Operações Financeiras em 188,4% (+82,8 mil contos), num ano em que a Gestão Cambial foi muito difícil, dada a acentuada instabilidade do USD.

As Comissões líquidas tiveram um ligeiro decréscimo de -0,8% (-2,5 mil contos) face a Dezembro 2003, por via de um aumento

significativo nas Comissões Pagas em 39,7%, aliado ao ligeiro aumento nas Comissões Recebidas em 1,4%, essencialmente nas Comissões na Cobrança de Valores (57,8%) consequência da cobrança do IVA, que é mais um serviço prestado pelo Banco à Direcção Geral das Finanças, Comissões de Abertura e Renovação de Crédito (36,3%) e Comissões de Imobilizações C/ Corrente (25,4%).

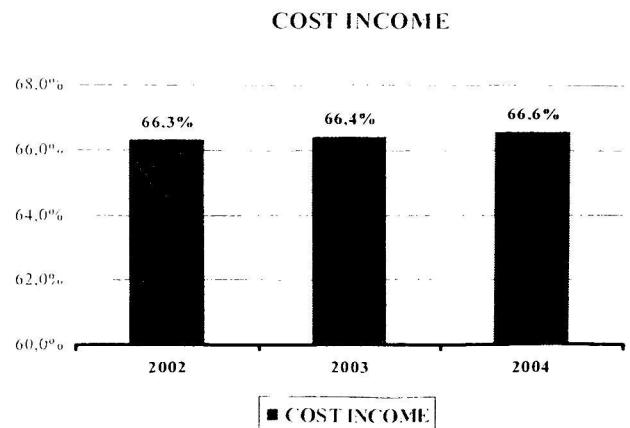
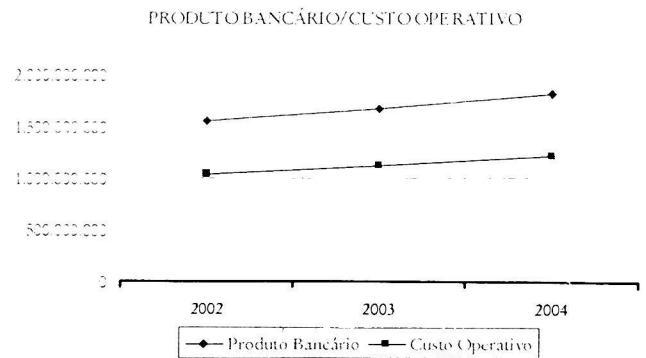
Os Gastos Administrativos tiveram um aumento global de 8,1%, 79 mil contos, dos quais os Custos com Pessoal contribuíram com um acréscimo de 5,8%, correspondente a 31 mil contos, aliado ao aumento de 11% nos FST, fruto dos acréscimos de 18,2% e 9,9% nos Fornecimentos de Terceiros e nos Serviços de Terceiros respectivamente.

O aumento dos Custos com Pessoal deveu-se em boa parte ao ajustamento salarial de 2,5%, para além dos custos com ingresso de pessoal contratado e das progressões na carreira dos funcionários do quadro. Por seu turno, as rubricas que contribuíram para o aumento nos Fornecimentos Terceiros foram outros fornecimentos de terceiros, água gás e electricidade e impressos e materiais de consumo corrente com 34,5%, 32,1 e %28% respectivamente, justificadas com a abertura de novos centros de custo (Agência Achada II e BCA Empresas) e prédio do grupo.

Destacam-se como principais responsáveis pelo aumento verificado nos Serviços de Terceiros as rubricas: Conservação e Reparação de Equipamento Informático com +8,4 mil contos, Outros Serviços Especializados com +5,9 mil contos da qual destacam-se Despesas de condomínio da Sede do Grupo, Despesas de representação com +2,4 mil contos, Segurança e Vigilância com +3,7 mil contos e Transporte de Valores com +9,6 mil contos. Estes aumentos devem-se essencialmente à implementação em Janeiro do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) cuja taxa é de 15%, custo que é inteiramente suportado pelo Banco.

Os gastos com ATM'S cresceram, passando de 30,7 mil contos em Dezembro de 2003 para 35,2 mil contos em Dezembro de 2004, o que traduz uma taxa de crescimento de 14,4% (4,4 mil contos), devido por um lado, ao efeito de cobrança do IVA e, por outro lado, ao aumento do número de máquinas em funcionamento para além do aumento nos movimentos registados.

O produto bancário aumentou 8,9%, 148,4 mil contos contra o crescimento de 9,2%, 101,7 mil contos dos Custos Operativos, resultando num Cost Income de 66,6% ligeiramente superior ao registado em Dezembro 2003, 66,4%.



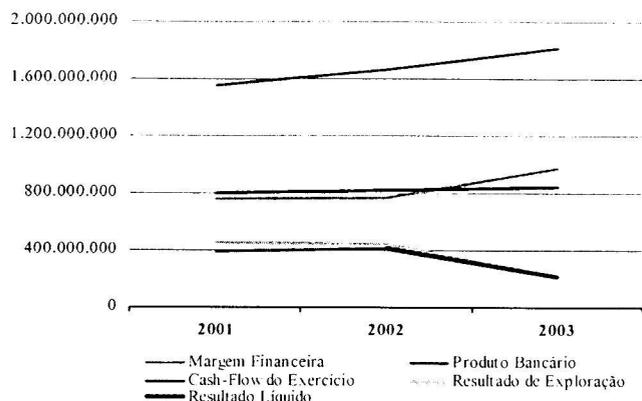
<sup>1</sup> Inclui Provisões p/ Pensões de Reforma e Sobrevivência e Provisões p/ Despesas de Tratamento no Exterior.

<sup>2</sup> Inclui Provisões para Riscos Gerais de Crédito, Provisões para Fundo Reestruturação BCA e Provisões p/ Riscos Bancários Gerais.

O Cash-Flow de Exploração cresceu 9,9% (69,5 mil contos), pelo facto do aumento do Produto Bancário em 8,9% (148,4 mil contos), ter sido mais que suficiente para absorver o crescimento de 8,1% (79 mil contos) nos Gastos de Funcionamento.

O crescimento do Produto Bancário associado ao aumento dos Gastos de Funcionamento originou um aumento do Cash-Flow de Exploração no montante de 69,5 mil contos (9,9%). Apesar deste crescimento, o aumento verificado nas Provisões Líquidas em 88,1% (216,6 mil contos) associado ao aumento das Amortizações do exercício em 16,4% (22,7 mil contos) e ao decréscimo nos resultados extraordinários em 41,5%, fez com que o Resultado Líquido diminuisse 48,2% passando de 408,5 mil contos em Dez de 2003 para 211,7 mil contos em Dez 2004.

O gráfico a seguir representa, em síntese, a evolução ocorrida.



### 6.3 - Análise dos Rácios

De um modo geral os rácios de estrutura apresentam uma certa estabilidade, sendo de referir o contínuo aumento do peso do Crédito de médio e longo prazo face ao crédito total, elevando-se de 74,7% em 2003 para 75,8% em 2004.

O rácio de transformação de Depósitos em Crédito sofreu uma ligeira deterioração, passando de 43,7% em 2003 para 42,6% em 2004. O mesmo na componente Crédito Clientes/Depósito a Prazo, que deteriorou de 73,7% em 2003 para 69,9% em 2004.

Também diminuiu o peso dos Depósitos à Ordem nos Depósitos Totais, que passou de 40,6% em 2003 para 39,1% em 2004. Não obstante os sucessivos aumentos dos DO's, o seu peso nos Depósitos Totais não foi muito significativo, em virtude dos Depósitos a Prazo também terem vindo a crescer significativamente.

O rácio de produtividade Depósitos e Créditos Totais sobre o número de empregados evoluiu de 131,3 mil contos para 137,5 mil contos, e o Produto Bancário sobre o número de empregados passou de 4,4 mil contos para 4,7 mil contos, respectivamente em 2003 e 2004, resultante de incrementos registados essencialmente nos Depósitos e Produto Bancário, apesar de ter aumentado o número de efectivos.

Os rácios de Avaliação de Desempenho, em consequência do acréscimo no Activo Líquido, apresentam valores inferiores a 2003. É assim, que nos indicadores de rentabilidade houve uma redução do Resultado Líquido sobre o Activo Total (ROA) que foi de 0,5% contra 1,1% em 2003, e no Resultado Líquido sobre os Capitais Próprios (ROE) que passou de 23,6% para 11,9%, por via da diminuição ocorrida nos Resultados.

O TIER 1 (Fundos Próprios de Base Elegíveis/Activo Ponderado) registou um ligeiro decréscimo fixando-se em 11,1% contra 12,4% em 2003 devido ao acréscimo dos Activos Ponderados.

### 6.4. - Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios atingiram 1.445,6 mil contos, o que representa um acréscimo de 114 mil contos em relação a 2003, explicado pelo acréscimo das Reservas.

O Rácio de Cobertura do Imobilizado sofreu uma queda, passando de 124,4 para 114,7 em virtude do crescimento no Imobilizado fruto dos investimentos realizados, mantendo-se no entanto com um valor superior ao mínimo de cobertura exigido.

O Excesso Total da Cobertura de Responsabilidades atingiu os 4,1 milhões de contos. No entanto o Banco continua a ter um défice de cobertura até 90 dias, o que se justifica pela estrutura da sua carteira de crédito, constituída em 75,8% por Créditos de M/Longo Prazo.

A conversão de 3,7 milhões de contos da Dívida do Estado em Obrigações do Tesouro, verificado em finais de 2001, fez com que o Banco ultrapassasse em muito a obrigação de manter 5% do total dos Depósitos em Dívida Pública.

O Rácio de Solvabilidade Ponderado apresentou uma ligeira redução, passando de 11,1% em 2003 para 10,98% em 2004. Esta variação deve-se principalmente ao crescimento da carteira de crédito.

## 7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para os Resultados apurados no exercício, no valor de 211.767.664\$00 (Duzentos e onze Milhões, setecentos e sessenta e sete Mil, seiscentos e sessenta e quatro Escudos), o Conselho de Administração propõe aos Accionistas a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos:

Reserva Legal (10%)	21.176.766
Outras Reservas	52.941.916
Prémio Produtividade	10.588.383
Dividendos	127.060.598
Agrupamento CGD/BI (52,5%)	66.706.814
Garantia (12,5%)	15.882.575
Estado de Cabo Verde (10%)	12.706.060
Outros Accionistas (25%)	31.765.150

## 8 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS

#### Operações em moeda estrangeira (ME)

Valorizadas ao câmbio oficial em vigor na data da operação. Mensalmente os saldos são actualizados com base no câmbio oficial em vigor no final de cada mês. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas como resultados.

#### Carteira de Crédito

Engloba todo o crédito a terceiros, não existindo distinção entre o crédito com vencimento até um ano (curto prazo) e o crédito com vencimento superior a um ano.

#### Provisões para crédito e juros vencidos

O crédito vencido corresponde ao capital por regularizar. Nos termos do Aviso n.º 9/98, de 28 de Dezembro de 1999, do Banco de Cabo Verde, que veio substituir o Aviso n.º 6/93, de 11 de Outubro de 1993, as provisões para crédito vencido são enquadradas em classes de riscos, em função do período decorrido após o vencimento e de haver ou não garantia, como seja:

#### CLASSES DE RISCO

	I	II	III	IV	V
Com garantia	10%	20%	50%	75%	100%
Sem garantia	25%	50%	75%	85%	100%

As classes de riscos têm em consideração os seguintes períodos após o vencimento:

- Classe I – Até 3 meses
- Classe II – De 3 a 6 meses
- Classe III – De 6 meses a 1 ano
- Classe IV – De 1 ano a 3 anos
- Classe V – Mais de 3 anos

**Provisões para créditos de cobrança duvidosa**

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

**Imóveis e Equipamentos**

As amortizações para imóveis e equipamentos foram calculadas com base na Portaria n.º 3/84. Para o equipamento informático e mobiliário são aplicadas taxas específicas de, respectivamente, 33,33% e 12,5%. As viaturas são aplicadas a taxa de 20%.

**Juros e Comissões**

Os juros e as comissões sobre crédito concedido e os juros de depósitos de clientes são contabilizados no período a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento.

**Caixa e Disponibilidades no Banco Central**

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

(em contos)

	2002	2003	2004
Caixa			
Notas	500.112	282.867	365.737
Moeda metálica	14.238	13.943	9.128
Notas e moedas estrangeiras	507.663	429.765	460.711
Notas e moedas em trânsito	413.972	462.784	455.331
	<b>1.435.985</b>	<b>1.189.359</b>	<b>1.290.907</b>
Notas e moedas nas máquinas automáticas	41.122	43.063	42.300
Depósitos à ordem no banco central- BCV			
Em moeda nacional	5.758.132	6.714.428	6.529.287
Em moeda estrangeira	7.853	12.481	3.588
	<b>5.765.985</b>	<b>6.726.909</b>	<b>6.532.875</b>
<b>SOMA</b>	<b>7.243.092</b>	<b>7.959.331</b>	<b>7.866.082</b>

Os Depósitos à Ordem constituídos no Banco central não são remunerados. Os depósitos em moeda nacional visam satisfazer as disponibilidades mínimas de caixa exigidas pela legislação vigente, actualmente 18% dos depósitos elegíveis.

**Títulos de Investimento**

Composição dessa rubrica:

(em contos)

	2002	2003	2004
Obrigações do Tesouro	4.255.840	4.460.170	5.008.910
Bilhetes do Tesouro	1.776.656	2.498.790	3.242.160
	6.032.496	6.958.960	8.251.070

O valor de 2004 corresponde à soma do saldo das seguintes Obrigações: de 250.000 contos à taxa de 9,5%, de 75.000 contos à taxa de 8,5%, de 100.000 à taxa de 8,25%, de 83.330 à taxa de 8,5%, de 100.000 à taxa de 8,38%, de 181.000 à taxa de 9,5%, de 118.000

contos à taxa de 8,0%, de 100.000 contos à taxa de 8%, de 300.000 contos à taxa de 8%, de 40.740 contos à taxa de 8,5% e por último de 3.670.840 contos, que corresponde à transformação das dívidas do Estado em Obrigações à taxa de 12%, em Dezembro de 2001. Em relação aos BT'S temos um total de treze a 91 dias às taxas seguintes: um de 6,5%, um de 5,9375%, dois de 5,5%, dois de 5,6875%, três de 5,5625% e quatro de 5,6250%. Temos 14 a 182 dias com taxas diferenciadas: cinco de 5,6250%, dois de 6,0%, dois de 5,8125%, dois de 5,6125%, dois de 5,5625% e um de 6,2500%. Por último temos 11 a 364 dias sendo três a taxa de 6%, dois a 5,8750% e um de 6,75%, 7,25%, 5,8125%, 5,6875%, 6,1250% e 5,5625% respectivamente.

**Imobilizações Financeiras**

As participações financeiras são valorizadas ao custo de aquisição e são as seguintes:

(em contos)

Empresa	% Detida	Valor
GARANTIA – Comp. Seguros de Cabo Verde, SARL	35%	70.000
A PROMOTORA – Soc. Capital de Risco, SARL	11,1%	50.000
SISP – Soc. Interbancária Sistema Pagamentos	10%	10.000
TCMF'S – Títulos Consolidados Imobilização Financeira	59,8%	6.433.170
ACÇÕES – Sita	0,625%	1.750
<b>TOTAL</b>		<b>6.564.920</b>

As participações estão registadas pelo valor de aquisição, sendo equivalentes ao valor nominal das acções subscritas e realizadas.

Os TCMF'S foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do “International Support Cabo Verde Stabilization Trust Fund” (Fundo). A remuneração dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF'S) é determinada em função dos rendimentos líquidos do International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund, equivalendo a 90% desses rendimentos líquidos. Relativamente a 2004 a taxa de rendimento dos TCMF'S fixou-se em 2,9%, contra 5,18% de 2003.

**Imobilizado Incorpóreo**

Esta rubrica regista, basicamente, custos com assessoria técnica, bem como custos com instalação da rede informática e com a beneficiação de edifícios arrendados. O valor desta rubrica tem vindo a ser amortizado com base na taxa legal de 33,33%, ascendendo as amortizações do exercício a 32.554 contos.

**Imobilizações Corpóreas**

A composição e as variações registadas no exercício foram as seguintes:

(em contos)

Rubricas	Adições/ Transfer	31-Dez-02	31-Dez-03	31-Dez-04
Valor bruto:				
Imóveis	4.099	628.141	628.570	1.030.002
Equipamento:				
Mobiliário e material	2.636	107.158	117.309	167.681
Máquinas e ferramentas	5.820	40.582	51.064	52.550
Equipamento informático	13.654	310.555	342.365	373.365
Instalações interiores	1.325	137.683	152.675	161.820
Material de transporte	9	112.431	100.064	121.759
Equip. de segurança	88	29.428	30.454	34.321
Outros	7	34.423	36.433	39.363
	<b>23.539</b>	<b>772.260</b>	<b>830.364</b>	<b>950.859</b>
Património artístico	110	3.834	4.699	6.550
<b>SOMA VALOR BRUTO</b>	<b>27.748</b>	<b>1.404.235</b>	<b>1.463.633</b>	<b>1.987.412</b>
Amortizações acumuladas:				
De imóveis	-21.474	-196.383	-227.592	-265.805
De equipamento	-75.079	-526.206	-594.285	-679.966
	-96.553	-722.589	-821.877	-945.771
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>-68.806</b>	<b>681.646</b>	<b>641.756</b>	<b>1.041.717</b>

**Imobilizações em Curso**

O valor dessa rubrica é em grande parte constituído com as despesas relacionadas com as obras em curso na Agência do Plateau (63.943 contos), Informática (19.147 contos), terreno prédio Mediateca (1.089 contos), na Agência de R<sup>a</sup> Grande (823 contos), Agência Achada Sto. António (277 contos), Agência de S.Filipe (292 contos), na Agência S.Vicente (240 contos) e obras em curso - Kanalo (188 contos).

**Proveitos a Receber**

Apresentam a seguinte composição:

	2002	2003	2004
De Aplicações	285.036	260.778	260.355
De Imob. Financ. TCMF'S	271.034	333.238	186.562
<b>TOTAL</b>	<b>556.070</b>	<b>594.016</b>	<b>446.917</b>

**Débitos para com Instituições de Crédito**

Composição:

	(em contos)		
	2002	2003	2004
Banco de Cabo Verde	74.518	59.760	44.028
Débitos para com instituições no estrangeiro	249.039	14.825	4.004
	<b>323.557</b>	<b>74.585</b>	<b>48.032</b>

O saldo da rubrica Banco de Cabo Verde, no montante de 44.028 contos, refere-se ao "repasso" das linhas de crédito IDA e FAD, respeitantes aos empréstimos integrantes da carteira de créditos transitados do BCA à data da cisão e que se encontram abrangidos naquelas linhas de crédito.

**Depósitos de Clientes**

Os depósitos à ordem não são remunerados. Os depósitos a prazo em moeda nacional são remunerados, genericamente, às seguintes taxas: 4,0% (até 90 dias); 5,5% (de 91 a 180 dias); 6,0% (de 181 a 364 dias) e 6,0% (a mais de 181 dias). As contas de emigrantes em moeda nacional eram remuneradas a taxas superiores em 2,0% às dos residentes, sendo que 1,0% é suportado pelo BCA e 1% é suportado pelo Tesouro. A partir de 10 Novembro de 2003 deixou de ser atribuído o prémio de 1% que era acrescido às taxas de juros da conta especial emigrante em CVE por parte do Tesouro.

**Custos a Pagar**

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2002	2003	2004
De depósitos	751.240	722.710	701.464
De custos administrativos	323		4.731
De recursos alheios representados por títulos			
De outros custos	26.842	11.984	13.636
	<b>778.405</b>	<b>734.694</b>	<b>719.831</b>

O saldo de Depósitos regista a especialização dos juros dos depósitos em moeda nacional e estrangeira, ou seja, juros decorridos e não vencidos em 31 de Dezembro de 2004.

**Provisões para Riscos Gerais**

Composição:

	(em contos)		
	2002	2003	2004
P/ riscos gerais de crédito	192.650	208.692	222.019
P/ riscos bancários gerais	122.578	82.155	107.255
Outras Provisões	315.228	290.847	329.274
Fundo Reestruturação BCA	327.870	298.615	147.728
<b>TOTAL</b>	<b>643.098</b>	<b>589.462</b>	<b>477.002</b>

A rubrica Provisão para riscos gerais de crédito corresponde a 1,5% do crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e avals e excluído o crédito vencido.

**Fundos Diversos**

Composição:

Os fundos são reforçados numa base mensal com base nas dotações do BCA e nas contribuições dos seus funcionários. As percentagens de dotação e contribuição normais são as seguintes:

	Banco	Funcionários
Pensões de reforma	8%	6%
Despesas de tratamento no exterior	4%	2%
Pensões de sobrevivência	3%	

No fim do ano e após os resultados do Estudo Actuarial, o BCA tem reforçado excepcionalmente este fundo para colmatar as insuficiências constatadas no estudo.

**Impostos**

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), que em 2004 é de 30%, e a um imposto de incêndio de 2% sobre o imposto apurado.

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos dos TCMF'S e os rendimentos dos Títulos do Tesouro colocados no mercado secundário encontram-se isentos de tributação bem como 10% dos donativos enquadrados na lei de mecenato.

**9 - LISTA DE BANCOS CORRESPONDENTES A 31/12/2004****Portugal:**

- Caixa Geral de Depósitos - Lisboa
- Banco Espírito Santo - Lisboa
- Banco Português de Investimento - Lisboa
- Banco Totta & Açores - Lisboa
- Banco Internacional de Crédito - Lisboa
- Banco do Brasil - Lisboa

**Estados Unidos da América:**

- Citibank NA - New York
- Citizens Bank - Boston
- The Bank of New York
- Fleet National Bank - London

**Holanda:**

- ABN Amro Bank - Amsterdam
- ING Bank - Amsterdam

**França**

- Caixa Geral de Depósitos - Paris
- Banque Nationale de Paris- Paribas - Paris

**Itália:**

- Intesa Banca Commerciale Italiana - Milan
- UniCrédito Italiano - Milan

**Luxemburgo:**

- Déxia Banque Internationale à Luxembourg - Luxembourg
- Banque et Caisse d'Epargne d'Etat - Luxembourg

**Bélgica:**

- Banque Bruxelles Lambert - Brussels
- Fortis Banque (ex -Generale de Banque) - Brussels

**Senegal:**

- Citibank - Dakar

**Reino Unido:**

- Lloyds Bank - London
- Banco Totta & Açores - London
- City Bank N.A- London

**Suiça:**

- UBS Swiss Bank Corporation AG- Zurich

**Alemanha:**

- Deutsche Bank A.G - Frankfurt
- Dresdner Bank - Frankfurt
- Commerzbank - AG - Frankfurt

**Espanha:**

- Banco Sabadell - Sabadell

**Austria:**

- Creditanstalt AG - Viena

**Dinamarca:**

- Jyske Bank - Copenhagen

**Suécia:**

- Nordea Bank - Stockholm

**Noruega:**

- Den Norske Bank - Oslo

**Japão:**

- Bank of Tokyo Mitsubishi - Tokyo

**10 - DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL A 31/12/2004**

Direcção Financeira e Internacional - DFI	Emanuel Miranda <b>Director</b>
Direcção de Inovação e Organização - DIO	Gilda Almada <b>Directora</b>
Direcção de Suporte Operacional - DSO	Águeda Monteiro <b>Directora</b>
Direcção Comercial Norte - DCN	Maria Filomena Figueiredo <b>Directora</b>
Direcção Comercial Sul - DCS	Amélia Figueiredo <b>Directora</b>
Gabinete de Relações Públicas - GRP	Maria da Luz Delgado <b>Coordenadora</b>
Gabinete de Auditoria - GAI	Francisco Ramos <b>Coordenador</b>

**AGÊNCIAS DA ZONA SUL**

Agência da Praia (sede)	Adalberto Martins Melo <b>Gerente</b>
-------------------------	--

Agência de Achada Santo António	Dulce Duarte <b>Gerente</b>
Agência de Achada Santo António II	Dulce Duarte <b>Gerente</b> Maria Eunice Rosário <b>Responsável do Balcão</b>
Agência de Avenida	Herminalda Rodrigues <b>Gerente</b>
Agência de Santa Catarina	José Rui Lush <b>Gerente</b>
Agência de Tarrafal	Francisco Duarte <b>Gerente</b>
Agência de Santa Cruz	José Luís Tavares <b>Gerente</b>
Balcão de São Domingos	Adalberto Martins Melo <b>Gerente</b> Edna Semedo <b>Responsável do Balcão</b>
Agência do Maio	Manuel de Pina <b>Gerente</b>
Agência do Fogo	Guilherme Araújo <b>Gerente</b>
Agência de Mosteiros	Guilherme Araújo <b>Gerente</b> António Alves Lopes <b>Responsável do Balcão</b>
Agência da Brava	Guilherme Araújo <b>Gerente</b> Luís Lopes dos Reis <b>Responsável do Balcão</b>
BCA Empresas	Gilda Cristina Monteiro <b>Gerente</b>

**AGÊNCIAS DA ZONA NORTE**

Agência de Ribeira Grande	Jacinto Andrade <b>Gerente</b>
Agência de Porto Novo	Jorge Coutinho <b>Gerente</b>
Agência de São Vicente	Elisa Évora Santos <b>Gerente</b>
Agência de Praça Nova	Joana Helena de Carvalho <b>Gerente</b>
Agência de Monte Sossego	Luisa Isabel Morazzo <b>Gerente</b>
Agência de Fonte Filipe	Lídia Pereira <b>Gerente</b>
Agência de São Nicolau	Hermínio António Almeida <b>Gerente</b>
Agência de Tarrafal (São Nicolau)	Hermínio António Almeida <b>Gerente</b> Edalberto João Araújo <b>Responsável do Balcão</b>
Agência de Boa Vista	Eduardo Teixeira Monteiro <b>Gerente</b>
Agência do Sal	Gilda Marinha Monteiro <b>Gerente</b>
Agência de Santa Maria	Gilda Marinha Monteiro <b>Gerente</b> João Ferreira <b>Sub-Gerente</b>
Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	Gilda Marinha Monteiro <b>Gerente</b>

## BALANÇO ANALÍTICO

31-12-2004

	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LIQ	PASSIVO	VALOR
CAIXA E DISPONIBIL. B. CENTRAIS	7.866.081.974		7.866.081.974	DÉBITOS P/ INSTIT. CRÉDITO	458.021.306
DISP.S/ INSTITUIÇÕES CRÉDITO	1.355.112.652		1.355.112.652	DÉBITOS P/ C/ CLIENTES	37.248.226.363
OUT. CRÉDITOS S/ INST. CRÉDITO	755.245.966		755.245.966	Depósitos de Poupança	1.657.135.111
CRÉDITOS S/ CLIENTES	15.777.527.802	1.525.355.530	14.252.172.272	Outros Depósitos	35.394.024.742
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS	8.251.070.220		8.251.070.220	- À Vista	14.486.343.578
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	131.750.000		131.750.000	- À Prazo	20.907.681.164
IMOBILIZADO INCORPÓREO	590.109.537	473.587.300	116.522.238	Outros Débitos	197.066.510
IMOBILIZADO CORPÓREO	2.073.413.467	945.766.836	1.127.646.630	OUTROS PASSIVOS	27.858.956
IMÓVEIS SERVIÇO PRÓPRIO	1.030.002.855	265.805.293	764.197.562	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	964.468.858
OUTROS ACTIVOS	8.693.764.431		8.693.764.431	PROVISÕES P/ RISCOS E ENC.	2.276.836.030
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	286.047.139		286.047.139	P/ PENSÕES E ENC SIMILARES	1.773.057.331
				OUTRAS PROVISÕES	503.778.699
				PROV P/ RISCOS BANCÁR DIVERSOS	107.254.813
				CAPITAL REALIZADO	1.000.000.000
				RESERVAS	540.979.533
				RESULTADOS TRANSITADOS	0
				LUCRO DO EXERCÍCIO	211.767.664
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>45.780.123.188</b>	<b>2.944.709.666</b>	<b>42.835.413.522</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E SIT. LÍQUIDA</b>	<b>42.835.413.522</b>

## CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS:

- GARANTIAS PRESTADAS E OUTROS PASSIVOS EVENTUAIS
- COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS

1.043.210.902  
0

O Presidente C. A., Dr. João Real Pereira - A Responsável da Contabilidade, Maria Fátima N. Évora - O Director Financeiro e Internacional, Dr. Emanuel Miranda.

## MAPA DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

31-12-2004

CUSTOS	VALOR	PROVEITOS	VALOR
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS	1.317.021.750	JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS	2.290.739.339
COMISSÕES	26.197.013	- TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO	590.517.694
PREJ EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	37.935.998	RENDIMENTO DE TÍTULOS	194.114.826
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	1.048.254.932	COMISSÕES	347.231.429
CUSTOS COM PESSOAL	562.688.397	LUCROS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	164.779.314
- Salários e Vencimentos	457.913.449	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO PPOVISÕES	606.772.750
- Encargos Sociais	96.750.087	OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO	207.025.534
- Pensões	30.292.029		
OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	485.566.534		
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	161.244.013		
OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	4.595.274		
PROVISÕES P/CRÉDITO VENCIDO E P/OUTROS RISCOS	1.069.313.902		
<b>TOTAL CUSTOS</b>	<b>3.664.562.881</b>	<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>3.810.663.192</b>
RESULTADOS ACTIVIDADE CORRENTE	146.100.311		
PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	41.440.225	GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	113.375.638
OUTROS IMPOSTOS	651.283		
IMPOSTOS S/ LUCROS	5.616.775		
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>211.767.664</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>3.924.038.829</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.924.038.829</b>

## Balço 2002/2003/2004

	DEZ/02	DEZ/03	DEZ/04
<b>ACTIVO</b>			
<b>ACTIVO DISPONÍVEL</b>	<b>8.488.297.798</b>	<b>8.981.859.000</b>	<b>9.223.614.626</b>
1. - Caixa	1.477.107.704	1.234.031.656	1.334.627.233
2. - Disponibilidades à vista s/ Instituições de Crédito	7.011.190.094	7.747.827.344	7.888.987.393
2.1 - Depósitos no Banco Central	5.765.984.437	6.726.908.736	6.532.874.741
2.2 - Depósitos Noutras Inst. Crédito no País	5.725.322	5.725.322	1.000.000
2.3 - Depósitos s/ Instit de Crédito no Estrangeiro	558.228.825	639.243.157	997.859.053
2.4 - Cheques e Valores a Cobrar	681.251.510	375.950.130	357.253.599
<b>ACTIVO REALIZÁVEL</b>	<b>20.500.116.036</b>	<b>23.369.277.055</b>	<b>25.516.662.889</b>
3. - Aplicações em Instituições de Crédito no Estrang.	482.711.014	692.114.432	754.245.966
4. - Crédito sobre Clientes	13.592.405.979	15.115.508.907	15.777.527.802
5. - Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo	6.032.496.277	6.958.960.220	8.251.070.220
6. - Devedoras e Outras Aplicações	1.940.299.936	2.250.887.881	2.259.174.431
7. - Provisões p/Créditos Vencidos	1.547.797.170	1.648.194.385	1.525.355.530
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>	<b>7.427.446.410</b>	<b>7.610.950.159</b>	<b>7.809.088.868</b>
8. - Imobilizações Financeiras	6.564.920.000	6.564.920.000	6.564.920.000
9. - Partes de Capital em Empresas Coligadas	0	0	0
10. - Imobilizações Incorpóreas	497.224.934	549.207.007	590.109.537
11. - Imobilizações Corpóreas	1.506.835.504	1.760.797.096	2.073.413.467
12. - Amortizações acumuladas	1.141.534.028	1.263.973.944	1.419.354.136
13. - Proveitos a receber	285.680.675	262.504.741	267.121.356
14. - Contas de Regularização	29.328.505	23.269.761	18.925.783
<b>ACTIVO TOTAL</b>	<b>36.730.869.423</b>	<b>40.247.860.715</b>	<b>42.835.413.522</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>DEPÓSITOS TOTAIS</b>	<b>31.606.938.130</b>	<b>35.092.036.551</b>	<b>37.509.181.160</b>
1. - Depósitos para com Instituições de Crédito	605.068.200	539.790.753	458.021.306
1.1 - À vista	180.182.220	51.722.616	33.818.584
1.2 - A Prazo ou com Pré-Aviso	424.885.980	488.068.137	424.202.722
2. - Depósitos para com Clientes	31.001.869.930	34.552.245.798	37.051.159.853
2.1 - Depósitos de Poupança	915.904.281	1.207.647.254	1.657.135.111
2.2 - Outros Débitos	30.085.965.648	33.344.598.543	35.394.024.742
2.2.1 - À vista	12.562.160.678	14.036.646.035	14.486.343.578
2.2.2 - A Prazo	17.523.804.970	19.307.952.509	20.907.681.164
3. - Cheques e Ordens a Pagar	89.188.924	140.071.506	79.932.600
4. - Credores	52.664.979	0	0
<b>OUTRAS EXIGIBILIDADES</b>	<b>222.910.397</b>	<b>181.452.235</b>	<b>144.992.866</b>
5. - Deditos Representados por Títulos	0	0	0
5.1 - Obrigações em Circulação	0	0	0
5.2 - Outros	0	0	0
6. - Outros Passivos	222.910.397	181.452.235	144.992.866
6.1 - Empréstimos	0	0	0
6.2 - Outros	222.910.397	181.452.235	144.992.866
7. - Contas de Regularização	1.025.073.876	860.318.272	964.468.858
8. - PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	1.952.616.997	2.085.325.270	2.276.836.030
8.1 - Provisões para Pensões e Encargos Similares	1.432.096.458	1.578.017.649	1.907.088.331
8.2 - Outras Provisões	520.520.540	507.307.621	369.747.699
9. - Fundo para Riscos Bancários Gerais	122.578.412	82.154.855	107.254.812
10. - Passivos Subordinados	0	0	0
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>35.071.971.716</b>	<b>38.441.358.689</b>	<b>41.082.666.325</b>
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>1.658.897.708</b>	<b>1.806.502.027</b>	<b>1.752.747.196</b>
11. Capital	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
12. Reservas	262.428.893	398.005.881	540.979.533
13. Reservas de Reavaliação	0	0	0
14. Resultados Transitados	2.568.854	0	0
15. Lucro do Exercício	457.762.915	438.276.129	217.384.439
16. Imposto Sobre Lucros	63.862.954	29.779.983	5.616.775
17. Resultado Líquido	393.899.961	408.496.146	211.767.664
<b>PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>36.730.869.423</b>	<b>40.247.860.715</b>	<b>42.835.413.522</b>

## Banco Comercial do Atlântico, S.A

	VARIAÇÕES		VARIAÇÕES	
	DEZ 02/DEZ 03		DEZ 03/DEZ 04	
	%	V.ABS	%	V.ABS
<b>ACTIVO</b>				
<b>ACTIVO DISPONÍVEL</b>	<b>5,8%</b>	<b>493.561.202</b>	<b>2,7%</b>	<b>241.755.626</b>
1. - Caixa	-16,5%	-243.076.048	8,2%	100.595.577
2. - Disponibilidades à vista s/ Istituições de Crédito	10,5%	736.637.250	1,8%	141.160.049
2.1. - Depósitos no Banco Central	16,7%	960.924.299	-2,9%	-194.033.995
2.2. - Depósitos Noutras Inst. Crédito no País	0,0%	0	-82,5%	-4.725.322
2.3 - Depósitos s/ Instit de Crédito no Estrangeiro	14,5%	81.014.331	56,1%	358.615.896
2.4. - Cheques e Valores a Cobrar	-44,8%	-305.301.381	-5,0%	-18.696.531
<b>ACTIVO REALIZÁVEL</b>	<b>14,0%</b>	<b>2.869.161.020</b>	<b>9,2%</b>	<b>2.147.385.834</b>
3. - Aplicações em Instituições de Crédito no Estrang.	43,4%	209.403.418	9,0%	62.131.534
4. - Crédito sobre Clientes	11,2%	1.523.102.928	4,4%	662.018.895
5. - Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo	15,4%	926.463.943	18,6%	1.292.110.000
6. - Devedoras e Outras Aplicações	16,0%	310.587.946	0,4%	8.286.550
7. - Provisões p/ Créditos Vencidos	6,5%	100.397.215	-7,5%	-122.838.856
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>	<b>2,5%</b>	<b>183.503.749</b>	<b>2,6%</b>	<b>198.138.709</b>
8. - Imobilizações Financeiras	0,0%	0	0,0%	0
9. - Partes de Capital em Empresas Coligadas		0		0
10. - Imobilizações Incorpóreas	10,5%	51.982.073	7,4%	40.902.530
11. - Imobilizações Corpóreas	16,9%	253.961.592	17,8%	312.616.371
12 - Amortizações acumuladas	10,7%	122.439.916	12,3%	155.380.192
13. - Proveitos a receber	-8,1%	-23.175.934	1,8%	4.616.615
14. - Contas de Regularização	-20,7%	-6.058.744	-18,7%	-4.343.978
<b>ACTIVO TOTAL</b>	<b>9,6%</b>	<b>3.516.991.292</b>	<b>6,4%</b>	<b>2.587.552.806</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>DEPÓSITOS TOTAIS</b>	<b>11,0%</b>	<b>3.485.098.421</b>	<b>6,9%</b>	<b>2.417.144.608</b>
<b>1. Depósitos para com Instituições de Crédito</b>	<b>-10,8%</b>	<b>-65.277.447</b>	<b>-15,1%</b>	<b>-81.769.447</b>
1.1 - À vista	-71,3%	-128.459.604	-34,6%	-17.904.032
1.2 - A Prazo ou com Pré-Aviso	14,9%	63.182.157	-13,1%	-63.865.415
<b>2. Depósitos para com Clientes</b>	<b>11,5%</b>	<b>3.550.375.868</b>	<b>7,2%</b>	<b>2.498.914.055</b>
2.1 - Depósitos de Poupança	31,9%	291.742.973	37,2%	449.487.857
2.2 - Outros Débitos	10,8%	3.258.632.895	6,1%	2.049.426.199
2.2.1 - À vista	11,7%	1.474.485.357	3,2%	449.697.543
2.2.2 - A Prazo	10,2%	1.784.147.539	8,3%	1.599.728.655
<b>3. Cheques e Ordens a Pagar</b>	<b>57,1%</b>	<b>50.882.582</b>	<b>-42,9%</b>	<b>-60.138.906</b>
<b>4. Credores</b>	<b>-100,0%</b>	<b>-52.664.979</b>		<b>0</b>
<b>OUTRAS EXIGIBILIDADES</b>	<b>-18,6%</b>	<b>-41.458.163</b>	<b>-20,1%</b>	<b>-36.459.369</b>
<b>3. Débitos Representados por Títulos</b>				
3.1 - Obrigações em Circulação		0		0
3.2 - Outros		0		0
<b>4. Outros Passivos</b>	<b>-18,6%</b>	<b>-41.458.163</b>	<b>-20,1%</b>	<b>-36.459.369</b>
4.1 - Empréstimos		0		0
4.2 - Outros	-18,6%	-41.458.163	-20,1%	-36.459.369
<b>5. Contas de Regularização</b>	<b>-16,1%</b>	<b>-164.755.604</b>	<b>12,1%</b>	<b>104.150.586</b>
<b>6. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>	<b>6,8%</b>	<b>132.708.273</b>	<b>9,2%</b>	<b>191.510.760</b>
6.1 - Provisões para Pensões e Encargos Similares	10,2%	145.921.192	20,9%	329.070.682
6.2 - Outras Provisões	-2,5%	-13.212.919	-27,1%	-137.559.922
<b>7. Fundo para Riscos Bancários Gerais</b>	<b>-33,0%</b>	<b>-40.423.557</b>	<b>30,6%</b>	<b>25.099.958</b>
<b>8. Passivos Subordinados</b>				
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>9,6%</b>	<b>3.369.386.973</b>	<b>6,9%</b>	<b>2.641.307.637</b>
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>8,9%</b>	<b>147.604.319</b>	<b>-3,0%</b>	<b>-53.754.831</b>
9. Capital	0,0%	0	0,0%	0
11. Reservas	51,7%	135.576.988	35,9%	142.973.652
12. Reservas de Reavaliação		0		0
13. Resultados Transitados	-100,0%	-2.568.854		0
14. Lucro do Exercício	-4,3%	-19.486.786	-50,4%	-220.891.690
15. Imposto Sobre Lucros	-53,4%	-34.082.971	-81,1%	-24.163.207
16. Resultado Líquido	3,7%	14.596.185	-48,2%	-196.728.483
<b>PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>9,6%</b>	<b>3.516.991.292</b>	<b>6,4%</b>	<b>2.587.552.806</b>

## Demonstração de Resultados 2002/2003/2004

BCA Conta de Resultados	Dez/2002	Dez/2003	Dez/2004	VARIACÕES			
				2002/2003		2003/2004	
				%	V.ABS	%	V.ABS
Proveitos de operações activas	2.109.543.548	2.168.392.945	2.290.739.339	2,8%	58.849.397	5,6%	122.346.395
Custos de operações passivas	1.348.060.416	1.398.862.399	1.317.021.750	3,8%	50.801.983	-5,9%	-81.840.649
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>761.483.132</b>	<b>769.530.546</b>	<b>973.717.590</b>	<b>1,1%</b>	<b>8.047.414</b>	<b>26,5%</b>	<b>204.187.044</b>
<b>MARGEM COMPLEMENTAR</b>	<b>794.119.850</b>	<b>900.171.570</b>	<b>844.422.819</b>	<b>13,4%</b>	<b>106.051.720</b>	<b>-6,2%</b>	<b>-55.748.752</b>
Comissões Líquidas	286.084.811	323.573.343	321.034.416	13,1%	37.488.532	-0,8%	-2.538.927
Proveitos líquidos de operações financeiras	42.975.375	43.949.453	126.843.316	2,3%	974.078	188,6%	82.893.863
Outros proveitos bancários Líquidos	465.059.664	532.648.774	396.545.087	14,5%	67.589.110	-25,6%	-136.103.687
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>1.555.602.982</b>	<b>1.669.702.116</b>	<b>1.818.140.408</b>	<b>7,3%</b>	<b>114.099.134</b>	<b>8,9%</b>	<b>148.438.292</b>
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>917.519.210</b>	<b>969.953.874</b>	<b>1.048.906.215</b>	<b>5,7%</b>	<b>52.434.664</b>	<b>8,1%</b>	<b>78.952.341</b>
De Pessoal	519.491.101	531.682.292	562.688.397	2,3%	12.191.191	5,8%	31.006.106
Outros Gastos Administrativos	394.887.104	437.439.772	485.566.535	10,8%	42.552.668	11,0%	48.126.763
Água e Electricidade	16.471.118	19.261.486	25.448.726	16,9%	2.790.368	32,1%	6.187.240
Impressos Material de Expediente Arquivo	18.343.101	18.062.979	23.118.632	-1,5%	-280.122	28,0%	5.055.653
Rendas e Alugueres	15.974.181	17.569.240	14.723.791	10,0%	1.595.059	-16,2%	-2.845.449
Comunicações	75.531.115	79.120.192	83.392.980	4,8%	3.589.077	5,4%	4.272.788
Serviços Especializados	49.752.137	45.926.326	54.573.280	-7,7%	-3.825.811	18,8%	8.646.954
Outros serviços	218.815.452	257.499.550	284.309.126	17,7%	38.684.097	10,4%	26.809.576
Impostos	3.141.005	831.810	651.283	-73,5%	-2.309.195	-21,7%	-180.527
<b>CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>638.083.772</b>	<b>699.748.242</b>	<b>769.234.193</b>	<b>9,7%</b>	<b>61.664.470</b>	<b>9,9%</b>	<b>69.485.951</b>
Amortizações	113.538.613	138.494.498	161.244.013	22,0%	24.955.885	16,4%	22.749.515
Provisões Líquidas p/Crédito e p/ Outros Riscos	230.234.604	245.926.823	462.541.153	6,8%	15.692.220	88,1%	216.614.330
Ganhos e Perdas Extraordinárias	163.452.359	122.949.209	71.935.412	-24,8%	-40.503.150	-41,5%	-51.013.797
<b>RESULTADO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>457.762.915</b>	<b>438.276.129</b>	<b>217.384.439</b>	<b>-4,3%</b>	<b>-19.486.786</b>	<b>-50,4%</b>	<b>-220.891.690</b>
<b>IMPOSTO SOBRE LUCROS</b>	<b>63.862.954</b>	<b>29.779.983</b>	<b>5.616.775</b>	<b>-53,4%</b>	<b>-34.082.971</b>	<b>-81,1%</b>	<b>-24.163.208</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>393.899.961</b>	<b>408.496.146</b>	<b>211.767.664</b>	<b>3,7%</b>	<b>14.596.185</b>	<b>-48,2%</b>	<b>-196.728.482</b>

## Contas de Exploração 2002/2003/2004

RUBRICAS	ANOS	Dez-2002	Dez-2003	Dez-2004	VARIACÕES			
					2002/2003		2003/2004	
					%	V.ABS	%	V.ABS
<b>PROVEITOS</b>		<b>3.599.079.811</b>	<b>3.877.531.764</b>	<b>3.924.038.830</b>	<b>7,7%</b>	<b>278.451.953</b>	<b>1,2%</b>	<b>46.507.066</b>
Juros e Proveitos Equiparados		1.515.713.142	1.629.936.084	1.700.221.645	7,5%	114.222.942	4,3%	70.285.561
Rendimento de Títulos		871.971.954	879.305.638	784.632.520	0,8%	7.333.684	-10,8%	-94.673.118
Comissões		298.055.227	342.326.856	347.231.429	14,9%	44.271.629	1,4%	4.904.573
Lucros em Operações Financeiras		166.421.105	125.671.605	164.779.314	-24,5%	-40.749.503	31,1%	39.107.709
Reposição e Anulação de Provisões		326.747.095	540.487.986	606.772.750	65,4%	213.740.891	12,3%	66.284.764
Outros Proveitos de Exploração		203.633.367	195.596.973	207.025.534	-3,9%	-8.036.394	5,8%	11.428.561
Ganhos Extraordinários		216.537.918	164.206.623	113.375.638	-24,2%	-52.331.295	-31,0%	-50.830.985
<b>CUSTOS</b>		<b>3.141.316.896</b>	<b>3.439.255.635</b>	<b>3.706.654.390</b>	<b>9,5%</b>	<b>297.938.739</b>	<b>7,8%</b>	<b>267.398.755</b>
Juros e Custos Equiparados		1.348.060.416	1.398.862.399	1.317.021.750	3,8%	50.801.983	-5,9%	-81.840.649
Comissões		11.970.416	18.753.513	26.197.013	56,7%	6.783.097	39,7%	7.443.500
Prejuízos em Operações Financeiras		123.445.732	81.722.152	37.935.998	-33,8%	-41.723.581	-53,6%	-43.786.154
Custos com Pessoal		519.491.101	531.682.292	562.688.397	2,3%	12.191.191	5,8%	31.006.106
Outros Gastos administrativos		394.887.104	437.439.772	485.566.534	10,8%	42.552.668	11,0%	48.126.762
Amortização do Exercício		113.538.613	138.494.498	161.244.013	22,0%	24.955.885	16,4%	22.749.515
Provisões para Créditos e outros Riscos		556.981.699	786.414.809	1.069.313.903	41,2%	229.433.110	36,0%	282.899.094
Prov. P/Imob. Financeiras			0					
Outros Custos de Exploração		16.715.251	3.796.976	4.595.274	-77,3%	-12.918.275	21,0%	798.298
Perdas Extraordinárias		53.085.559	41.257.414	41.440.225	-22,3%	-11.828.145	0,4%	182.811
Impostos s/ Lucros								0
Outros impostos		3.141.005	831.810	651.283	-73,5%	-2.309.195	-21,7%	-180.527
<b>Resultado Actividade Corrente</b>		<b>297.451.561</b>	<b>316.158.730</b>	<b>146.100.310</b>	<b>6,3%</b>	<b>18.707.170</b>	<b>-53,8%</b>	<b>-170.058.420</b>
<b>RESULTADOS DO EXERCICIO</b>		<b>457.762.915</b>	<b>438.276.129</b>	<b>217.384.439</b>	<b>-4,3%</b>	<b>-19.486.786</b>	<b>-50,4%</b>	<b>-220.891.689</b>

## Cost Income - Custo Operativo /Produto Bancário

RUBRICAS	ANOS			VARIACÕES			
	2002	2003	2004	2002/2003		2003/2004	
Margem Financeira	761.483.132	769.530.546	973.717.590	1,1%	8.047.414	26,5%	204.187.044
+ Margem Complementar	794.119.850	900.171.570	844.422.819	13,4%	106.051.720	-6,2%	-55.748.752
= Produto Bancário	<b>1.555.602.982</b>	<b>1.669.702.116</b>	<b>1.818.140.408</b>	<b>7,3%</b>	<b>114.099.134</b>	<b>8,9%</b>	<b>148.438.292</b>

## CUSTO OPERATIVO

RUBRICAS	ANOS			VARIACÕES			
	2002	2003	2004	2002/2003		2003/2004	
Custo Administrativo	917.519.210	969.953.874	1.048.906.215	5,7%	52.434.664	8,1%	78.952.341
+ Amortizações	113.538.613	138.494.498	161.244.013	22,0%	24.955.885	16,4%	22.749.515
= Custo Operativo	<b>1.031.057.823</b>	<b>1.108.448.373</b>	<b>1.210.150.229</b>	<b>7,5%</b>	<b>77.390.550</b>	<b>9,2%</b>	<b>101.701.856</b>

## COST INCOME

RUBRICAS	ANOS		
	2002	2003	2004
COST INCOME			
= Custo Operativo/Produto bancário	66,3%	66,4%	66,6%

## Rácios de Estrutura 2002/2003/2004

RÚBRICAS	Dez/2002		Dez/2003		Dez/2004	
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%
1-Créd. C. Prazo/Crédito Clientes	<u>2.151.748.712</u> 13.592.405.979	15,8%	<u>2.452.935.514</u> 15.115.508.907	16,2%	<u>2.393.661.045</u> 15.777.527.802	15,2%
2-Créd. M.L. Prazo/Crédito Clientes	<u>10.278.379.864</u> 13.592.405.979	75,6%	<u>11.296.970.966</u> 15.115.508.907	74,7%	<u>11.964.035.410</u> 15.777.527.802	75,8%
3-Créd.Venc./Crédito Clientes	<u>1.161.617.924</u> 13.592.405.979	8,5%	<u>1.365.201.476</u> 15.115.508.907	9,0%	<u>1.419.831.347</u> 15.777.527.802	9,0%
4-Prov. Créd.Venc./Créd.Venc.	<u>1.547.797.170</u> 1.161.617.924	133,2%	<u>1.648.194.385</u> 1.365.201.476	120,7%	<u>1.525.355.530</u> 1.419.831.347	107,4%
5-Crédito Clientes/Depósitos	<u>13.592.405.979</u> 31.001.869.930	43,8%	<u>15.115.508.907</u> 34.552.245.798	43,7%	<u>15.777.527.802</u> 37.051.159.853	42,6%
6-Crédito Clientes/Dep. Prazo	<u>13.592.405.979</u> 18.439.709.251	73,7%	<u>15.115.508.907</u> 20.515.599.763	73,7%	<u>15.777.527.802</u> 22.564.816.275	69,9%
7-Crédito Normal/Dep.Prazo	<u>12.430.788.055</u> 18.439.709.251	67,4%	<u>13.750.307.431</u> 20.515.599.763	67,0%	<u>14.357.696.455</u> 22.564.816.275	63,6%
8-Crédito C.Prazo/Dep.Prazo	<u>2.151.748.712</u> 18.439.709.251	11,7%	<u>2.452.935.514</u> 20.515.599.763	12,0%	<u>2.393.661.045</u> 22.564.816.275	10,6%
9-Créd. M.L. Prazo/Dep.Prazo	<u>10.278.379.864</u> 18.439.709.251	55,7%	<u>11.296.970.966</u> 20.515.599.763	55,1%	<u>11.964.035.410</u> 22.564.816.275	53,0%
10-Depós.Ordem/Depós.Totais	<u>12.562.160.678</u> 31.001.869.930	40,5%	<u>14.036.646.035</u> 34.552.245.798	40,6%	<u>14.486.343.578</u> 37.051.159.853	39,1%
11-Depós.Prazo/Depós.Totais	<u>18.439.709.251</u> 31.001.869.930	59,5%	<u>20.515.599.763</u> 34.552.245.798	59,4%	<u>22.564.816.275</u> 37.051.159.853	60,9%

## Rácios de Avaliação de Desempenho 2002/2003/2004

RÚBRICAS	Dez-02		Dez-03		Dez-04	
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%
1-RCP=Resul.Liquido/Capitais Próprios	<u>393.899.961</u> 1.264.997.747	31,1%	<u>408.496.146</u> 1.398.005.881	29,2%	<u>211.767.664</u> 1.540.979.533	13,7%
2-RDA=Result.Liquido/Activo	<u>393.899.961</u> 36.730.869.423	1,1%	<u>408.496.146</u> 40.247.860.715	1,0%	<u>211.767.664</u> 42.835.413.522	0,5%
3-ML = Resul.Liquido/Proveitos	<u>393.899.961</u> 3.599.079.811	10,9%	<u>408.496.146</u> 3.877.531.764	10,5%	<u>211.767.664</u> 3.924.038.830	5,4%
4-RA = Proveitos/Activo	<u>3.599.079.811</u> 36.730.869.423	9,8%	<u>3.877.531.764</u> 40.247.860.715	9,6%	<u>3.924.038.830</u> 42.835.413.522	9,2%
6-MF=(Prov.Juros-Custos Juros)/Activo	<u>761.483.132</u> 36.730.869.423	2,1%	<u>769.530.546</u> 40.247.860.715	1,9%	<u>973.717.590</u> 42.835.413.522	2,3%
ROA	1,1%		1,1%		0,5%	
ROE	25,4%		23,6%		11,9%	

RCP = Rentabilidade dos Capitais Próprios  
 RDA = Rentabilidade dos Activos  
 ML = Margem de Lucro  
 RA = Rotação dos Activos  
 MF = Margem Financeira

## Rácios de Medição de Liquidez 2002/2003/2004

RÚBRICAS	Dez/2002		Dez/2003		Dez/2004	
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%
1-Depósitos Totais/Activo	<u>31.001.869.930</u> 36.730.869.423	84,4%	<u>34.552.245.798</u> 40.247.860.715	85,8%	<u>37.051.159.853</u> 42.835.413.522	86,5%
2-Crédito Clientes/Activo	<u>13.592.405.979</u> 36.730.869.423	37,0%	<u>15.115.508.907</u> 40.247.860.715	37,6%	<u>15.777.527.802</u> 42.835.413.522	36,8%
3-Crédito C/Prazo/Activo	<u>2.151.748.712</u> 36.730.869.423	5,9%	<u>2.452.935.514</u> 40.247.860.715	6,1%	<u>2.393.661.045</u> 42.835.413.522	5,6%
4-Crédito M.L.Prazo/Activo	<u>10.278.379.864</u> 36.730.869.423	28,0%	<u>11.296.970.966</u> 40.247.860.715	28,1%	<u>11.964.035.410</u> 42.835.413.522	27,9%
5-Crédito Clientes/Depósitos Totais	<u>13.592.405.979</u> 31.001.869.930	43,8%	<u>15.115.508.907</u> 34.552.245.798	43,7%	<u>15.777.527.802</u> 37.051.159.853	42,6%
6-Aplicações de Curto Prazo/Activo	<u>4.927.615.677</u> 36.730.869.423	13,4%	<u>5.651.210.960</u> 40.247.860.715	14,0%	<u>6.391.067.232</u> 42.835.413.522	14,9%

a) -As Aplicações de Curto Prazo são constituídas pela soma das Aplicações no mercado monetário e em instituições, financeiras, mais Dívida Pública cotada e Bilhetes de Tesouro adquiridos com acordo de recompra, mais Títulos negociáveis e Obrigações com reembolso em prazo inferior a um ano

b) -Os Passivos Voláteis são constituídos pela soma de Depósitos à Ordem mais Depósitos nas Sucursais localizadas no estrangeiro, mais Bilhetes de Tesouro vendidos com acordo de recompra, mais Fundos obtidos junto do Banco Central, mais Fundos obtidos no mercado monetário

## Indicadores de Produtividade 2002/2003/2004

RÚBRICAS	Dez-02		Dez-03		Dez-04	
	Valores	Contos	Valores	Contos	Valores	Contos
1-Cr. e Depósitos/nº de Empregados Activo	<u>44.594.275.909</u> 381	117.045.344	<u>49.667.754.705</u> 378	131.396.176	<u>52.828.687.655</u> 384	137.574.707
2-Cr. e Depósitos/ Empreg. Activo do Quadro	<u>44.594.275.909</u> 293	152.198.894	<u>49.667.754.705</u> 289	171.860.743	<u>52.828.687.655</u> 284	186.016.506
3-Produto Bancário/nº de Empregados Activo	<u>1.555.602.982</u> 381	4.082.947	<u>1.669.702.116</u> 378	4.417.201	<u>1.818.140.408</u> 384	4.734.741
4-Crédito e Depósitos/nº de Balcões	<u>44.594.275.909</u> 23	1.938.881.561	<u>49.667.754.705</u> 23	2.159.467.596	<u>52.828.687.655</u> 25	2.113.147.506

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2002	2003	2004
1. ROE	25,4%	23,6%	11,9%
2. ROA	1,1%	1,1%	0,5%
3. Cost/income	66,3%	66,4%	66,6%
4. Volume do Crédito Vencido (10 <sup>3</sup> cve)	1.161.618	1.365.201	1.419.831
5. Solvabilidade	11,5%	11,1%	10,9%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base/Activo Ponderado)	11,7%	12,4%	11,1%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	43,8%	43,7%	42,6%
8. Produtividade por empregado (10 <sup>3</sup> cve):	1.034	1.081	551
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos)/Nº empregados	117.045	131.396	137.575
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	4.083	4.417	4.735

Alguns Rácios Prudenciais

RUBRICAS	2002	2003	2004
FUNDOS PRÓPRIOS	1.226.107	1.331.746	1.445.635
COBERTURA DO IMOBILIZADO	133,9	124,4	114,8
RÁCIO SOLVABILIDADE	11,5	11,1	10,9

Banco Comercial do Atlântico, S.A  
Crédito Vencido por Sector de Actividade - DEZ-04

CVE

CLASSES SECTORES	VIVO	%N.Sector/ Total N.BCA	%Vivo Sector na sua Carteira	I	%	II	%	III	%	IV	%	V	%	TOTAL VENCIDA	%V.Sector/ Total V. BCA	%Vencida Sector na sua Carteira	TOTAL DA CARTEIRA	%
AGRICULTURA	56.003.608	0,4%	73,4%	1.130.488	1,5%	322.663	0,4%	457.048	0,6%	6.671.216	8,7%	11.670.036	15,3%	20.251.451	1,4%	26,6%	76.255.059	0,5%
PREDIAL	6.465.884.200	45,0%	98,0%	33.413.803	0,5%	10.159.753	0,2%	11.296.871	0,2%	26.525.505	0,4%	47.848.539	0,7%	129.244.470	9,1%	2,0%	6.595.128.670	41,8%
COMERCIO GROSSO	928.272.488	6,5%	86,2%	4.535.210	0,4%	8.812.585	0,8%	26.966.888	2,5%	35.847.011	3,3%	72.644.274	6,7%	148.805.968	10,5%	13,8%	1.077.078.456	6,8%
CONSTRUÇÃO CIVIL	383.183.974	2,7%	96,8%	1.545.189	0,4%	654.585	0,2%	7.315.227	1,8%	3.289.908	0,8%	0,0%	0,0%	12.804.909	0,9%	3,2%	395.988.883	2,5%
COMERCIO RETALHO	1.049.043.078	7,3%	87,5%	19.188.114	1,6%	12.887.536	1,1%	31.349.275	2,6%	68.586.679	5,7%	18.154.834	1,5%	150.166.438	10,6%	12,5%	1.199.209.516	7,6%
INDUSTRIA	983.358.166	6,8%	80,1%	1.956.817	0,2%	1.132.379	0,1%	17.652.563	1,4%	97.882.398	8,0%	125.382.743	10,2%	244.006.899	17,2%	19,9%	1.227.365.065	7,8%
PESCAS	103.103.012	0,7%	60,1%	152.032	0,1%	83.552	0,0%	6.600.000	3,9%	13.789.139	8,0%	47.699.516	27,8%	68.324.239	4,8%	39,9%	171.427.251	1,1%
TRANSPORTES	1.039.682.462	7,2%	81,8%	36.388.300	2,9%	4.681.998	0,4%	11.674.002	0,9%	55.575.197	4,4%	122.763.575	9,7%	231.083.072	16,3%	18,2%	1.270.765.533	8,1%
TURISMO	716.671.643	5,0%	94,3%	1.759.502	0,2%	1.585.953	0,2%	4.803.292	0,6%	3.444.021	0,5%	31.691.712	4,2%	43.284.480	3,0%	5,7%	759.956.123	4,8%
OUTROS *	2.632.493.824	18,3%	89,5%	15.065.091	0,5%	18.496.763	0,6%	23.543.110	0,8%	120.613.253	4,1%	130.785.098	4,4%	308.503.314	21,7%	10,5%	2.940.997.138	18,6%
JUROS VENC. A REGUL. DESP. CRÉD. VENCIDO.														29.565.472			33.790.634	
<b>TOTAL</b>	<b>14.357.696.455</b>	<b>100,0%</b>	<b>91,0%</b>	<b>115.134.545</b>	<b>0,7%</b>	<b>58.817.767</b>	<b>0,4%</b>	<b>141.658.275</b>	<b>0,9%</b>	<b>432.224.328</b>	<b>2,7%</b>	<b>608.640.327</b>	<b>3,9%</b>	<b>1.419.831.347</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,0%</b>	<b>15.777.527.801</b>	<b>100,0%</b>

\* Inclui os Descobertos em D.O.  
Não inclui credito-funcionarios

	Balancete
22+23	14.357.696.455
28	1.419.831.347
Total	15.777.527.802

# FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV

—o§o—

## NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



### BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

#### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.  
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09  
Email: incv@cvtelecom.cv

#### ASSINATURAS

Para o país:			Para países de expressão portuguesa:		
	Ano	Semestre		Ano	Semestre
I Série .....	5 000\$00	3 700\$00	I Série .....	6 700\$00	5 200\$00
II Série .....	3 500\$00	2 200\$00	II Série .....	4 800\$00	3 800\$00
III Série .....	3 000\$00	2 000\$00	III Série .....	4 000\$00	3 000\$00
AVULSO por cada página		10\$00	Para outros países:		
Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.			I Série .....	7 200\$00	6 200\$00
			II Série .....	5 800\$00	4 800\$00
			III Série .....	5 000\$00	4 000\$00
AVULSO por cada página .....					10\$00

#### PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página .....	5 000\$00
1/2 Página .....	2 500\$00
1/4 Página .....	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

**PREÇO DESTA NÚMERO — 360\$00**